

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP

**LÓGICAS INSTITUCIONAIS NA DEFINIÇÃO DE
SEGURANÇA ALIMENTAR DOS RESTAURANTES
UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Paulista – UNIP, para a obtenção do título de Mestre em Administração.

RAFAEL LIMA DE OLIVEIRA

SÃO PAULO

2023

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP

**LÓGICAS INSTITUCIONAIS NA DEFINIÇÃO DE
SEGURANÇA ALIMENTAR DOS RESTAURANTES
UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Paulista – UNIP, para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Luiz Ryngelblum

Área de concentração: Redes Organizacionais

Linha de Pesquisa: Abordagens Sociais em Redes Organizacionais

RAFAEL LIMA DE OLIVEIRA

SÃO PAULO

2023

Oliveira, Rafael Lima de.

Lógicas institucionais na definição de segurança alimentar dos restaurantes universitários em tempos de COVID-19 / Rafael Lima de Oliveira . - 2023.

68 f. : il.

Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Paulista, São Paulo, 2023.

Área de concentração: Redes Organizacionais.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Luiz Ryngelblum.

1. Segurança alimentar. 2. Lógicas institucionais. 3. COVID-19. 4. Restaurante universitário. I. Ryngelblum, Arnaldo Luiz (orientador). II. Título.

RAFAEL LIMA DE OLIVEIRA

LÓGICAS INSTITUCIONAIS NA DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Paulista – UNIP, para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arnaldo Luiz Ryngelblum (Orientador)
Universidade Paulista – UNIP

Prof. Dr. Roberto Bazanini
Universidade Paulista – UNIP

_____/_____/_____
Prof.^a Dr.^a Lucilaine Pascucci
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me permitir saúde física e equilíbrio emocional para realizar as inúmeras tarefas e suportar a grande pressão que é ter que trabalhar e estudar ao mesmo tempo, e cumprir outras obrigações no cotidiano.

Aos meus pais, Carlos Alberto e Raimunda, que além de todo o incentivo para que eu siga evoluindo como profissional e como cidadão de bem, estão sempre disponíveis para me ajudar no que for preciso, sem poupar esforços. Aos meus irmãos, por também estarem disponíveis para me ajudar no que eu precisar.

Ao meu orientador, Arnaldo Luiz Ryngelblum, que tem sido muito complacente e paciente, pois me ajudou a colocar a cabeça no lugar em um momento de fraqueza e me deixa bem à vontade para desenvolver o trabalho, respeitando meu tempo e espaço, e isso foi crucial para que eu esteja conseguindo avançar nesse objetivo.

A todos os professores da UNIP que se fizeram presentes até aqui, pois cada um deles tem importante contribuição para minha evolução até o momento.

Aos meus colegas de turma por toda cooperação, troca de informações e amizade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi identificar e analisar a participação das lógicas institucionais presentes no campo da alimentação universitária, na decisão a respeito do não funcionamento ou funcionamento parcial dos Restaurantes Universitários (RUs) durante a pandemia da COVID-19, tendo em vista a solução adotada. Foi aplicada uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, cujo objeto de estudo foi o processo decisório nos RUs de duas Universidades Federais brasileiras, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com servidores (diretores, técnicos em assuntos educacionais e nutricionistas) e estudantes das universidades. Os resultados mostraram que: a) medidas como o auxílio alimentação emergencial e a isenção de pagamento das refeições nos RUs foram implementadas para os estudantes mais carentes; b) os reitores, nutricionistas e fornecedores são os atores mais influentes na implementação da SAN. Para a decisão de fechamento dos RUs, os reitores e os profissionais da saúde foram mais influentes. Para a definição do auxílio emergencial, os atores mais influentes foram os Reitores e Pró-reitores de Assuntos Estudantis; c) as lógicas mais influentes na implementação da SAN foram a de estado (capitaneada pelos reitores), profissional (pelos nutricionistas) e de mercado (pelos fornecedores); d) durante a pandemia, a combinação da lógica de estado com a lógica profissional (profissionais da saúde) foi a mais influente na decisão de fechar os RUs e a combinação da lógica de estado com a lógica familiar prevaleceu para instauração do auxílio emergencial. Portanto, a pesquisa conclui que houve coexistência entre as lógicas de estado, de profissão (nutricionistas) e de mercado antes da pandemia, e outra coexistência entre as lógicas de estado e de família durante a pandemia. Para estudos futuros, sugere-se a realização de pesquisas multicase que analisem com mais profundidade a dinâmica das lógicas e os fatores que dificultam a implementação da SAN nos RUs em mais aspectos, pois é um campo incipiente de investigação.

Palavras-chave: Segurança Alimentar. Lógicas Institucionais. COVID-19. Restaurante Universitário.

ABSTRACT

The objective of this study was to identify and analyze the participation of institutional logics present in the field of university food, in the decision regarding the non-functioning or partial functioning of University Restaurants (RUs) during the COVID-19 pandemic, in view of the adopted solution. An exploratory qualitative research was applied, whose object of study was the decision-making process in the URs of two Brazilian Federal Universities, through semi-structured interviews carried out with servers (directors, technicians in educational matters and nutritionists) and university students. The results showed that: a) measures such as emergency food aid and exemption from paying for meals in the URs were implemented for the neediest students; b) deans, nutritionists and suppliers are the most influential actors in SAN implementation. For the decision to close the URs, deans and health professionals were more influential. For the definition of emergency aid, the most influential actors were the Deans and Pro-Rectors of Student Affairs; c) the most influential logics in SAN implementation were those of the state (led by the deans), professional (by the nutritionists) and market (by the suppliers); d) during the pandemic, the combination of state logic with professional logic (health professionals) was the most influential in the decision to close the URs and the combination of state logic with family logic prevailed for the establishment of emergency assistance. Therefore, the research concludes that there was a coexistence between state, profession (nutritionists) and market logics before the pandemic and a coexistence with emphasis on the combination between state and family logics during the pandemic. For future studies, it is suggested to carry out multi-case studies that analyze in more depth the dynamics of the logics and the factors that hinder the implementation of SAN in the URs in more aspects, as it is an incipient field of investigation.

Key-words: Food Safety. Institutional Logic. COVID-19. University Restaurant.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos respondentes	31
Quadro 2 – Grade de análise aberta de conteúdo	33
Quadro 3 – Lógicas do campo e atributos de observação	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFN – Conselho Federal de Nutrição

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSU – Conselho Universitário

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada

FAO – *Food and Agriculture Organization*

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ISAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MEC – Ministério da Educação

OMS – Organização Mundial da Saúde

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

POPs – Procedimentos Operacionais Padronizados

PROAES – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

RT – Responsável Técnico

RU – Restaurante Universitário

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Objetivo geral.....	11
1.1.1	Objetivos específicos	11
1.2	Justificativa	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1	Conceitos do Institucionalismo Sociológico.....	13
2.2	Lógicas institucionais na SAN nos RUs	19
3	METODOLOGIA DE PESQUISA	23
3.1	Descrição do método.....	23
3.2	Contexto.....	24
3.3	Coleta de dados	29
3.4	Análise dos dados.....	31
4	RESULTADOS	35
5	DISCUSSÃO	51
6	CONCLUSÃO/CONTRIBUIÇÃO.....	57
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
	ANEXO 1 – ROTEIRO DA PESQUISA	68

1 INTRODUÇÃO

Os restaurantes universitários (RU) devem obedecer à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (BRASIL, 2006), a qual apresenta a Segurança Alimentar e Nutricional como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade. No entanto, os dados indicam que, com a pandemia, houve acréscimo do número de pessoas com Insegurança Alimentar (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021).

No período da pandemia da COVID-19, os serviços presenciais nos RUs foram suspensos por orientação das autoridades sanitárias, como forma de conter a propagação da infecção e, conseqüentemente, evitar o aumento de óbitos por colapso no sistema público de saúde. Por consequência dessas restrições, as universidades federais buscaram suprir a necessidade de alimentação segura aos estudantes fornecendo um auxílio emergencial, denominado “Bolsa Alimentação Emergencial”, como uma maneira de proporcionar as condições para que os estudantes pudessem adquirir alimentos e satisfazer as necessidades fundamentais para a manutenção da saúde e suporte energético nutricional para as plenas atividades cognitivas.

A teoria das lógicas institucionais entende que, em qualquer contexto, múltiplas lógicas disputam entre si a definição das regras do jogo, ou seja, da lógica que irá orientar as ações e estruturas por determinado período ou em algumas situações (THORNTON; OCASIO, 2012). Dessa forma, deve-se pressupor que a definição da Bolsa Emergencial durante a pandemia tenha sido objeto da competição entre diferentes lógicas defendidas pelos vários atores interessados na sua caracterização.

Os RUs têm conseguido suprir as necessidades de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos estudantes no dia a dia, atendendo às principais exigências de quantidade e qualidade alimentar suficientemente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo, como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006). No que diz respeito à quantidade, os RUs adotam o sistema *self-service* nos refeitórios, permitindo que os estudantes se sirvam de forma satisfatória. Quanto à qualidade, essa também é assegurada tanto pela diversidade de opções oferecidas em cada refeição, como pela seleção criteriosa dos alimentos utilizados e pelas técnicas de preparo aplicadas (BARBOSA, 2019).

Por sua vez, a Bolsa Emergencial que assegurou as condições para a aquisição das refeições deixou a escolha de como e onde adquirir os alimentos a critério dos alunos e, portanto, sem ser possível assegurar o balanceamento e qualidade destas refeições, o que

contraria o disposto na LOSAN. A definição de como se deu essa escolha, que desconsiderou uma disposição da lei, motivou este estudo a buscar entender o papel das lógicas institucionais participantes na tomada de decisão respondendo à seguinte pergunta: como e quais lógicas institucionais atuaram nos processos decisórios dos RUs para a aplicação da solução adotada frente às exigências da LOSAN?

A operação dos RUs, em período normal, é feita mediante contrato de prestação de serviços atendendo às especificações da administração universitária. Além do prestador, devem ser considerados, como possíveis participantes da definição da prestação alimentícia durante a pandemia, a gestão universitária, os estudantes, os conselhos universitários e os nutricionistas, sendo que cada um busca apresentar sua perspectiva para a lógica que orientará esta prestação.

O institucionalismo é uma das abordagens da Administração advindas da sociologia, com influências da política e economia, e busca incorporar em suas proposições a ideia de padrões de comportamento, de normas e de valores, aos quais indivíduos, grupos e organizações estão submetidos (GUARIDO FILHO; MACHADO-DA-SILVA, 2010). A complexidade institucional se configura em um ambiente no qual atuam múltiplas lógicas institucionais com características peculiares (BERTELS; LAWRENCE, 2016; GREENWOOD *et al.*, 2011). Tais lógicas podem ou não ser compatíveis entre si e isso reflete nas ações e estruturas que lhes permitem responder a um ambiente complexo (BONFIM; ABIB; GONÇALVES, 2013; GREENWOOD *et al.*, 2011).

O termo lógica institucional foi introduzido por Alford e Friedland (1985) para descrever as práticas contraditórias e crenças inerentes às instituições das sociedades ocidentais modernas. Eles descrevem o capitalismo, a burocracia estatal e a democracia política como três dentre outras ordens institucionais que têm diferentes práticas e crenças e que moldam a forma como os indivíduos se envolvem nas lutas políticas (THORNTON; OCASIO, 2012).

Tais lógicas podem ser ou não compatíveis entre si (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; GREENWOOD *et al.*, 2011; KRAATZ; BLOCK, 2008). Ou seja, as proposições de ação, regras, estruturas, crenças de uma podem conflitar com as de outras. Frequentemente, as organizações enfrentam uma variedade de lógicas institucionais (KRAATZ; BLOCK, 2008) e adotam uma lógica que procura responder às contradições apresentadas pelas várias lógicas presentes no campo, o que se reflete nas ações e estruturas que lhes permitem responder a um ambiente complexo (GREENWOOD *et al.*, 2011).

É importante destacar que os gestores são influenciados e, por sua vez, agem para atender às prescrições das lógicas institucionais, visando encontrar soluções consistentes para o alinhamento organizacional e mitigar as ameaças à legitimidade organizacional

(THORNTON; OCASIO, 2008). Assim, a presente dissertação tem como objetivo identificar e analisar as lógicas institucionais presentes no campo da alimentação universitária em duas Universidades, identificando a lógica que prevaleceu para definir a Bolsa emergencial com a incidência da pandemia da COVID-19.

O estudo pretende responder à questão a respeito da participação das lógicas na definição da SAN, comparando o período pandêmico com o anterior e, assim, fornecer contribuições ao abordar uma questão pouco explorada, estimulando o aprofundamento do tema, além de contribuições práticas ao tentar desvendar como o fenômeno acontece.

1.1 Objetivo geral

Identificar e analisar as lógicas institucionais presentes no campo da alimentação universitária em duas Universidades, mais especialmente com a incidência da pandemia da COVID-19.

1.1.1 Objetivos específicos

1. identificar as práticas regulares para o alcance da SAN durante os períodos normais (antes da pandemia) de funcionamento do RU e durante a pandemia da COVID-19;
2. identificar os atores mais influentes e como impactaram no processo de implementação da SAN;
3. identificar as lógicas institucionais mais influentes que impactaram o processo decisório durante a pandemia.

1.2 Justificativa

A fim de sustentar os argumentos deste estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando a base Scopus e o Google Acadêmico buscando pesquisas que analisassem as decisões relacionadas à segurança alimentar a partir da perspectiva das lógicas institucionais, ou seja, pesquisas que abordassem a interseção desses dois temas – segurança alimentar e lógicas institucionais. Assim, foram encontrados artigos que tratam de segurança alimentar como política pública sobretudo das populações de países em desenvolvimento (DE BOECK *et al.*, 2017; HAMMOUDI; MEZIANI; RADJEF, 2016; JOHNSON, 2021; LEAL *et al.*, 2017; LUU; TRAN; TRUONG, 2023; MERCADO; HJORTSØ; HONIG, 2018; ROEDERER-

RYNNING; DAUGBJERG, 2010; SCHIFFINO *et al.*, 2017). Nenhum investigou a segurança alimentar em universidades públicas.

Dada a escassez de estudos que buscam explicar o fenômeno em questão, a presente pesquisa procura contribuir para o preenchimento dessa lacuna na literatura, visando ampliar o entendimento das concepções institucionais e seu impacto na delimitação de estruturas e práticas internas adequadas nas organizações. De forma específica, busca-se explorar o uso de práticas socialmente aceitas, alinhadas a determinadas lógicas institucionais, nos RUs de duas universidades do Brasil (GREENWOOD *et al.*, 2011).

Adicionalmente, o estudo pretende identificar se os gestores são influenciados pelas prescrições das lógicas institucionais ao buscar soluções coerentes para o alinhamento organizacional e para a mitigação das ameaças à legitimidade organizacional (THORNTON; OCASIO, 2008).

Além disso, diante da hipótese de que as ações adotadas pelas universidades federais brasileiras para substituir a ausência ou o funcionamento parcial dos RUs tenham sido simplificadas e inadequadas, de acordo com as premissas da política de SAN, esta pesquisa também visa contribuir, modestamente, para o aprimoramento das políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional nas universidades brasileiras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceitos do Institucionalismo Sociológico

As instituições foram concebidas por seres humanos ao longo da história para criar ordem e reduzir a incerteza nas negociações. São reivindicações da sociedade que moldam as relações políticas, econômicas e sociais. North (1991) as classificou como informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e formais (constituições, leis, direitos de propriedade). Essas reivindicações orientam os processos decisórios por parte de atores ou organizações. Não obstante, apesar de determinar as ações, as instituições ainda oferecem oportunidades para mudanças (THORNTON; OCASIO, 2012).

À medida que os indivíduos agem, interpretam suas ações e as compartilham com os outros, dão origem à ordem social. O processo pelo qual as ações se repetem ao longo do tempo e recebem significados semelhantes por si e pelos outros é definido como institucionalização. Conforme os atores passam a realizar trocas econômicas repetidas, desenvolvem formas padronizadas de fazer negócios, e esses padrões passam a ser considerados normas de interação aceitas socialmente que, por sua vez, inspirarão culturalmente os atores a adotar modelos de organização disponíveis na tentativa de constituir rotinas praticáveis (ABOLAFIA; BIGGART, 2016).

Em uma sociedade, os atores estão imersos em um sistema constituído por ordens institucionais de família, de religião, de estado, de mercado, de democracia e das profissões (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012), ou seja, essas ordens são as instituições de maior relevância na sociedade e cada uma apresenta uma lógica central – com racionalidades distintas – que restringe os meios e os fins do comportamento individual (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012).

A lógica da família se manifesta quando a motivação da atividade humana está relacionada à lealdade aos seus membros e as suas necessidades. A lógica da religião fundamenta os preceitos da origem humana, suas relações e o respeito à vida. A lógica de estado se refere à regulação das atividades a partir de aparato legal e burocrático. A lógica corporativa está relacionada às normas e práticas que governam o funcionamento interno de uma organização, ligadas aos objetivos e interesses específicos da organização, como contenção dos custos, maximização dos lucros, crescimento do negócio e criação de valor para os acionistas. A lógica de mercado está associada ao emprego de recursos humanos e financeiros nas atividades, influenciada pelas pressões em um determinado mercado ou necessidade de se

adequar às demandas. A lógica da democracia diz respeito à participação equânime e ao nível de controle popular sobre as atividades humanas. A lógica profissional é motivada pela importância que o conhecimento específico e a expertise que determinado profissional ou grupo detém, com reconhecimento pela sociedade e especialistas, de modo que causem impacto significativo em determinado campo ou organização (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; FRIEDLAND *et al.*, 2014; THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012).

Segundo Thornton e Ocasio (1999, p. 804), as lógicas institucionais são “padrões históricos de práticas materiais, pressupostos, valores, crenças e regras, socialmente construídos para que as pessoas produzam e reproduzam a sua subsistência material, organizem-se no tempo e no espaço e atribuam sentido a sua realidade social”. Muitas vezes conflitantes ou complementares, formam a base de conflito ou de conformidade institucional (THORNTON, 2002). Ademais, os proponentes da concepção de lógica institucional também a consideram como um arcabouço metateórico, uma vez que se estabelece como uma ferramenta com o potencial para analisar as inter-relações entre indivíduos, organizações e instituições dentro de um sistema composto por múltiplas instituições (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012).

Thornton e Ocasio (2008, p. 100) afirmam que as “lógicas institucionais moldam o comportamento racional e consciente, enquanto os indivíduos e as organizações exercem um papel na formação e na mudança das lógicas institucionais”. A possibilidade dessa interação depende, em parte, do número de lógicas operantes em um ambiente e do grau de diferença ou mesmo divergência entre elas (GREENWOOD *et al.*, 2011).

Destarte, trata-se de um aglomerado de lógicas institucionais em que emergem contradições e proporcionam às organizações, atores ou sociedade, recursos (THORNTON; OCASIO, 2012) para a transformação de identidades individuais, organizações e sociedade, pois suas proposições podem conter elementos conflitantes entre si.

Se as ações, as prioridades, as intenções e a racionalidade dos indivíduos são determinadas pelas instituições nas quais esses indivíduos estão inseridos, como é possível modificar as instituições? Momentos críticos representam configurações pontuais que causam o realinhamento de crenças, preferências e escolhas estratégicas dos atores em relação aos arranjos institucionais existentes (REZENDE, 2012). Assim, ao mesmo tempo em que as lógicas moldam a compreensão dos atores cujos comportamentos são considerados significativos, elas também são moldadas e modificadas por estes comportamentos (THORNTON; OCASIO, 2008). Nesse sentido, Friedland e Alford (1991) afirmam que, enquanto as instituições atuam restringindo e moldando o comportamento dos indivíduos, são

as contradições inerentes a cada uma das lógicas pertencentes a cada instituição que possibilitam aos agentes, grupos e organizações, o poder de transformação da sociedade.

Com base na teoria da alocação de atenção, March e Olsen (1976) afirmaram que as lógicas institucionais fornecem aos indivíduos e às organizações um conjunto de regras e convenções para decidir quais problemas serão atendidos, quais soluções serão consideradas e quais soluções serão vinculadas a quais situações.

Decisões são vitais para todas as organizações, e a partir delas as organizações se comprometem com a ação e realizam movimentos fazendo com que esse grupo de indivíduos complexamente organizados em padrões de comunicação e relacionamento possam convergir para objetivos comuns ou, até mesmo, divergir (FONSECA, 2017). Nesse sentido, Thornton e Ocasio (2008) esclarecem que as lógicas institucionais nem sempre se fazem congruentes e, dada a discordância de posicionamentos, acabam chocando-se e divergindo. E, ao contrário do que se espera, as discordâncias acabam beneficiando a sociedade pois atuam como propulsoras de mudança em questão tanto das organizações quanto das identidades individuais.

Ademais, uma organização pode se sujeitar à influência de diversas lógicas institucionais, visto que a predominância de uma única lógica é rara. A complexidade organizacional está associada às respostas por múltiplas lógicas institucionais, ou seja, pela convergência ou divergência entre elas (BERTELS; LAWRENCE, 2016; GREENWOOD *et al.*, 2011).

A existência de diversas lógicas antagônicas gera pressões que exigem respostas diferenciadas, pois, nessa situação, não é possível simplesmente aceitar ou rejeitar as influências. Isso configura um ambiente complexo tanto externo quanto interno às organizações, caracterizado por processos de negociação, interpretação, tradução e assimilação de pressões institucionais, além de conflitos e disputas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; GREENWOOD *et al.*, 2011; QUATTRONE, 2015), todos eles comprometidos no estágio de disseminação e resistência das lógicas por parte de atores e grupos relevantes (BATTILANA; DORADO, 2010; GLYNN; BARR; DACIN, 2000; ZILBER, 2002).

Nesse contexto, a complexidade institucional resulta da ação, surgindo a partir do desenrolar do comportamento organizacional e das interações de atores sociais valiosos dentro de um determinado campo. Greenwood *et al.* (2011) defendem que a complexidade institucional é formada por uma diversidade de lógicas institucionais que coexistem no ambiente organizacional. Outros pesquisadores também associam esse conceito à presença de múltiplas lógicas dentro desse contexto (FAULCONBRIDGE; MUZIO, 2016; LEE; LOUNSBURY, 2015; MCPHERSON; SAUDER, 2013; RAFFAELLI; GLYNN, 2014).

Ocasio (1997) propõe que as instituições moldam o foco dos indivíduos de duas maneiras: (1) criando um conjunto de princípios que estabelecem a legitimidade, importância e relevância das questões e soluções; e (2) oferecendo aos responsáveis pela tomada de decisão um entendimento mais conciso dos seus interesses e identidades. Assim, se formam consistentes pressupostos para a tomada de decisão.

Perspectivas contemporâneas sobre a atenção organizacional enfatizam como as respostas organizacionais às questões econômicas e fatores sociais são mediados pela atenção de tomadores de decisões organizacionais (OCASIO, 1995, 1997).

Para Greenwood *et al.* (2011), a tomada de decisão por parte das organizações sofre influência dos atores que impõem sobre o processo decisório o peso de suas prioridades e preferências. Assim, os atores se tornam representantes e dão voz às lógicas institucionais. Isso significa que esses atores possuem um poder relativo e passam a influenciar como as respostas organizacionais serão construídas.

Em determinado campo ou organização, há grupos que se destacam pelo poder e, conseqüentemente, as respostas organizacionais diante de múltiplas lógicas institucionais costumam refletir os interesses do grupo mais influente. Aqueles com poder, em outras palavras, provavelmente determinarão respostas organizacionais a múltiplas lógicas institucionais – e, de uma maneira que reflita seus interesses –, ou seja, a decisão de qual lógica priorizar e como fazê-la serão determinados pelos detentores do poder (GREENWOOD *et al.*, 2011).

Isso significa que uma lógica institucional pode prevalecer e se impor sobre outras lógicas, de acordo com seus princípios e normas, moldando as práticas organizacionais, influenciando as estratégias adotadas, orientando as tomadas de decisões e afetando o comportamento dos atores (SCOTT; DAVIS, 2015). Na teoria das lógicas institucionais, a dominação refere-se ao fenômeno pelo qual certas lógicas institucionais exercem maior influência e poder sobre outras lógicas em um determinado contexto organizacional.

A dominação ocorre quando uma lógica institucional específica é considerada mais legítima, aceitável ou dominante em relação a outras lógicas. Essa dominância pode ser resultado de vários fatores, como a influência de atores poderosos ou instituições dominantes, a coerção social, a tradição histórica, a força da cultura organizacional ou a adaptação estratégica às demandas externas (SCOTT; DAVIS, 2015).

As organizações podem se conformar e adotar essa lógica dominante como forma de obter legitimidade e reconhecimento social. No entanto, é importante destacar que a dominação não é, necessariamente, permanente ou imutável, sendo que as lógicas institucionais podem

mudar ao longo do tempo, e lógicas anteriormente dominantes podem ser desafiadas ou substituídas por novas lógicas emergentes (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012).

Em resumo, a dominação nas lógicas institucionais refere-se ao poder e influência exercidos por uma lógica institucional sobre outras, moldando as práticas e comportamentos das organizações de acordo com seus princípios e normas.

Para Pache e Santos (2010), as demandas institucionais conflitantes podem diferir em relação aos objetivos ideológicos que consideram legítimos, ou aos meios ou cursos de ação que prescrevem. Eles propõem que os conflitos ou desacordos sobre os objetivos são particularmente desafiadores, pois sua resolução exige o reconhecimento explícito dos membros da organização quanto à incompatibilidade das demandas de objetivos, o que pode, consequentemente, comprometer o apoio institucional.

Demandas conflitantes se traduzem na coabitação de um conjunto de lógicas institucionais em um campo ou organização. Desse modo, Reay e Hinings (2009) explicam que as lógicas podem coexistir e exercer diferentes impactos sobre os vários atores, dependendo do contexto no qual estão inseridos. No entanto, é importante salientar que pesquisas mais recentes tratam de múltiplas lógicas conflitantes e complementares que interagem entre si, afastando-se da ideia de lógicas dominantes.

Em suma, pesquisas anteriores sobre lógicas institucionais abordaram duas facetas da complexidade institucional: o número de lógicas e o grau de incompatibilidade entre elas. A primeira implica que a complexidade é determinada pelo grande número de lógicas em jogo – quanto maior o número de lógicas, maior será a complexidade que uma organização enfrenta. A segunda implica que a complexidade é amplificada pela divergência entre objetivos e meios prescritos e por sua especificidade relativa (GREENWOOD *et al.*, 2011).

As pressões decorrentes da complexidade institucional não afetam todas as organizações igualmente. As lógicas institucionais atravessam os campos organizacionais e são filtradas por vários atributos da própria organização – a posição da organização dentro de um campo, sua estrutura, propriedade, governança e sua identidade. Esses atributos enquadram como as organizações vivenciam a complexidade institucional e como elas percebem e constroem o repertório de respostas disponíveis para elas (GREENWOOD *et al.*, 2011).

A posição de uma organização dentro de um campo refere-se à forma e à intensidade que ela experimentará a complexidade – de tal forma que organizações “centrais” mais poderosas, mais visíveis ou de maior status podem estar mais expostas à tensão que múltiplas lógicas geram em comparação com organizações “periféricas”, de menor status ou visibilidade. As características da organização — sua estrutura, propriedade, governança e identidade —

podem torná-la mais sensível a certas lógicas e menos a outras. Em contraste, as mesmas organizações, por causa de seu tamanho e recursos, podem se blindar de pressões institucionais de uma forma que não é possível para organizações menores e com menos recursos (GREENWOOD *et al.*, 2011).

Dado um conjunto relativamente previsível e consistente de orientações institucionais concorrentes, as organizações devem ser mais capazes de responder à complexidade institucional desenvolvendo estruturas e práticas internas apropriadas – no sentido de lançar mão de práticas socialmente aceitas, orientadas por determinadas lógicas institucionais. Em outras palavras, pode-se esperar que a previsibilidade da complexidade permita que as organizações aprendam a gerenciar e responder, mitigando os desafios da complexidade institucional. De outro modo, a imprevisibilidade anula tais possibilidades (GREENWOOD *et al.*, 2011).

Portanto, de acordo com Greenwood *et al.* (2011), há um crescente interesse em como organizações respondem à complexidade institucional. Os estudos interessados nas estratégias adotadas pelas organizações nos seus esforços para lidar com a complexidade institucional examinam, se e em que medida, as organizações abraçam prescrições instadas sobre elas pelas lógicas de referência no nível do campo e procuram explicar como essas preferências são determinadas. Em espaços em que múltiplas lógicas coabitam, a resposta organizacional se sujeitará às prescrições da lógica que concentra o poder.

Lounsbury (2008) argumenta que as múltiplas lógicas podem residir concomitantemente em um campo institucional e ameaçar a legitimidade organizacional, caso os atores se comportem de forma diversa influenciados por variadas prescrições que a multiplicidade de lógicas pode ocasionar. Nesse sentido, de acordo com Thornton e Ocasio (2008), os gestores são influenciados pelas prescrições das lógicas institucionais a encontrarem soluções consistentes para o alinhamento organizacional e mitigar as ameaças à legitimidade organizacional.

As diferentes lógicas institucionais podem ser segregadas em diferentes áreas, departamentos ou unidades dentro da organização. Cada área segue uma lógica específica e adota práticas coerentes com essa lógica (PACHE; SANTOS, 2013). Por exemplo, uma universidade pode ter uma unidade de tecnologia de alimentos que segue uma lógica profissional, enquanto outra unidade segue uma lógica de mercado.

A coexistência nas lógicas institucionais refere-se à situação em que diferentes lógicas institucionais coexistem dentro de uma mesma organização ou campo organizacional. Isso significa que as organizações podem adotar práticas, normas e valores de lógicas institucionais

divergentes, muitas vezes sem uma integração completa ou coerência entre elas. Isso pode ocorrer quando diferentes atores organizacionais têm perspectivas e interesses variados, quando as organizações operam em contextos institucionais heterogêneos ou quando há pressões conflitantes de diversos *stakeholders* (PACHE; SANTOS, 2013).

Segundo Reay e Hinings (2009), é durante esses processos de realinhamento ou mudanças na organização, nos quais as múltiplas lógicas coexistentes entram em choque, que uma nova lógica híbrida, oriunda de lógicas anteriores, pode ser criada. Nesse sentido corroboram Schneiberg e Lounsbury (2008), esclarecendo que novas lógicas não se formam de uma só vez, por meio de ampla divulgação e posicionamentos compreendidos dentro da organização. A trilha para criação de uma nova lógica pode surgir ao longo do tempo a partir de sucessivas etapas de tradução, teorização e práticas que avançam ao objetivo da organização (STREECK; THELEN, 2005).

O hibridismo das lógicas institucionais é uma via para que os indivíduos possam gerenciar os conflitos existentes ao longo do tempo no contexto de atuação das lógicas institucionais conflitantes dentro das organizações (REAY; JASKIEWICZ; HININGS, 2015). Lounsbury (2008) trata o hibridismo de lógicas institucionais como fusão delas promovidas por uma nova composição de regras, símbolos e normas no campo, proporcionando o surgimento de novas práticas organizacionais.

O hibridismo ocorre quando diferentes lógicas institucionais se encontram e se misturam, resultando em uma combinação única de elementos de diferentes tradições ou setores. Essas lógicas podem ser provenientes de diferentes campos, como o econômico, social, político ou cultural (PACHE; SANTOS, 2013; THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012).

Ademais, o hibridismo das lógicas redireciona a atenção dos estudos institucionalistas, afastando-se do conceito de isomorfismo e da segregação das forças institucionais, em direção à apreciação de como múltiplas formas de racionalidade estão subjacentes à mudança em campos organizacionais.

2.2 Lógicas institucionais na SAN nos RUs

O Estado é o agente coordenador e implementador de políticas públicas que, entretanto, sofre pressões da sociedade para garantir a segurança alimentar nos restaurantes universitários. Essas pressões podem afetar a tomada de decisão das universidades, moldando suas estratégias, estruturas e até mesmo sua identidade. As universidades podem ser incentivadas a adotar

práticas e políticas que se alinhem com as expectativas institucionais, mesmo que possam não ser economicamente racionais ou eficientes (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; THORNTON; OCASIO, 2008).

Segundo Viana (2016), as organizações de ensino superior, no contexto das lógicas institucionais, destacam-se por responderem às pressões de uma diversidade de lógicas institucionais, dentre elas: a lógica de mercado, a partir de distintas práticas de relacionamento com fornecedores e demanda de empregadores; de estado e suas políticas educacionais; a de família, dado o interesse na formação dos alunos; e, a de profissões, dado seu interesse na difusão do conhecimento e formação de quadros. Sendo assim, nota-se que as universidades são delimitadas por lógicas conflitantes que impactam na sua constituição e nas suas ações.

Nesse sentido, Arndt e Bigelow (2006) trazem um *insight* do âmbito hospitalar quanto à eficiência para a gestão, partindo do pressuposto de que os hospitais devem adotar práticas de gestão de um negócio privado e, do outro lado, práticas profissionais nas quais se visa a qualidade do serviço. Assim, geram-se demandas conflitantes, sendo que os hospitais buscam proporcionar melhor acesso e serviços ao público-alvo, sob a prescrição de uma lógica profissional, em conflito com a adoção de práticas comerciais (de gestão) e contenção de custos, visando obter a eficiência esperada, sob pressão predominante de uma lógica de corporação.

Os RUs das universidades federais do Brasil apresentam algumas semelhanças com os desafios enfrentados no âmbito hospitalar em relação à eficiência na gestão e outras disparidades ditadas pela complexidade do ambiente dentro de uma universidade onde operam múltiplas lógicas institucionais (BERTELS; LAWRENCE, 2016; GREENWOOD *et al.*, 2011).

No contexto específico das universidades federais do Brasil, a gestão dos restaurantes universitários também enfrenta desafios relacionados às políticas governamentais e às demandas da comunidade acadêmica. Por exemplo, pode haver pressão para utilizar alimentos selecionados (custo elevado) na elaboração das refeições (ênfase de lógica profissional de nutricionistas), oferecer refeições a preços acessíveis (lógica de família), promover a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (lógica de estado), adotar práticas sustentáveis como o uso de alimentos orgânicos e de produção local, e produzir as refeições com o custo mais baixo possível.

Neste estudo, ao se mencionar a lógica profissional perseguida por nutricionistas, um dos responsáveis pelo alcance da SAN que se ocupam em elaborar o conteúdo alimentar a ser servido nos RUs, espera-se que ela seja orientada pelo conhecimento técnico específico e pela ética profissional, voltados para o bem exercer da profissão na tentativa de promover e manter a saúde do público-alvo, sendo que os principais conceitos acerca de SAN – completa satisfação

das necessidades alimentares – devem ser considerados, assim como os conceitos com relação à Insegurança Alimentar (IA) e seus níveis de progressiva gravidade de restrição de alimentos (Insegurança Alimentar Leve, Moderada e Grave) (HOEWELL; RODRIGUES, 2021).

No entanto, ao passo em que o praticante da estratégia tem suas ações orientadas pela lógica da profissão, ele sofre, concomitantemente, influência das demais lógicas institucionais que moldam o seu comportamento – a lógica de estado e de mercado em que está inserido ou a lógica da corporação em que trabalha. Isso não significa que as lógicas coexistentes sejam sempre conflitantes (GREENWOOD *et al.*, 2011; GOODRICK; REAY, 2011), visto que a lógica institucional da profissão pode estar em conformidade ou até mesmo reforçar os princípios que orientam as ações por uma lógica corporativa ou de mercado.

Assim, a gestão eficiente do restaurante universitário requer a adoção de práticas que equilibrem as demandas de qualidade do serviço, o acesso aos estudantes e membros da comunidade acadêmica, as práticas comerciais de gestão e a contenção de custos. Isso pode envolver a implementação de sistemas de gestão eficientes, a análise das demandas dos usuários, a promoção de parcerias com produtores locais, a negociação com fornecedores, a adoção de tecnologias que agilizem o atendimento, a capacitação da equipe e a avaliação constante dos processos para identificar oportunidades de melhoria.

Em suma, os RUs têm como foco fornecer alimentação aos estudantes e membros da comunidade acadêmica a um preço baixo, ou seja, não competindo pela maximização dos lucros, mas produzindo refeições a baixo custo priorizando a qualidade. Isso leva a pressupor que as lógicas atuantes para o funcionamento dos restaurantes coexistam em uma imbricada e conflituosa interrelação.

No âmbito das universidades, pressupõe-se que algumas entidades participam da definição sobre as condições de atendimento ao público no que concerne aos RUs, e, durante a pandemia, cada uma delas poderia querer implementar diferentes ações e regras, como: o CONSU (Conselho Universitário), entidade constituída por representantes dos professores, dos servidores técnico-administrativos e estudantes que cada universidade federal possui, responsável por realizar votações e tomada de decisões em conjunto com a reitoria das universidades; a empresa terceirizada, prestadora de serviço de produção das refeições; o Governo Federal, representado pelas normativas e legislações que regulam e orientam os processos licitatórios de aquisição de todos os insumos e serviços; o PNAES, que subsidia e dá condições de igualdade para o acesso e permanência dos estudantes no ensino superior público; o DCE (Diretório Central dos Estudantes), que defende os interesses da comunidade acadêmica; o governo estadual, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, que estabelece quais locais

podem funcionar atendendo ao público no âmbito estadual no contexto pandêmico; os fornecedores, que se recusaram a participar dos certames durante a pandemia em decorrência da frequente oscilação de preços dos insumos; os gestores em cargos chave dentro das organizações; o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) como um dos maiores incentivadores para o alcance da SAN; e, a mídia que, direta ou indiretamente, exerce influência nas decisões adotadas pelas organizações.

Assim sendo, considerando a discussão deste capítulo, este estudo buscou quais práticas prevaleceram, no âmbito dos RUS, observando-se também as mudanças institucionais ocasionadas sob a influência das lógicas institucionais no contexto pandêmico.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 Descrição do método

Foi realizada uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo que teve como objeto de estudo os Restaurantes Universitários (RUs) da Universidade Federal do Acre (UFAC) e da Universidade Federal do Ceará (UFC). Os dois locais foram escolhidos devido às suas semelhanças em relação à natureza pública, autonomia universitária para controle sobre suas próprias políticas internas, currículos, programas de pesquisa e tomadas de decisão, e à contribuição para o desenvolvimento regional.

O estudo busca explicações sobre as lógicas adotadas pela gestão das universidades para suprir a ausência dos RUs na implementação da Segurança Alimentar no contexto pandêmico da COVID-19, com a adoção de uma Bolsa Emergencial (auxílio monetário para que os estudantes adquirissem alimentos).

Segundo Creswell, W. e Crewell, D. (2021), a pesquisa de abordagem qualitativa se caracteriza principalmente pela interpretação, o que a torna potencialmente útil na descrição ou interpretação de cenários, análise de dados e identificação de temas ou categorias, permitindo ao pesquisador filtrar os dados em um momento ou recorte específico. De acordo com Godoy (1995), quando o estudo é descritivo e busca compreender o fenômeno como um todo, em sua complexidade, justifica-se o uso de uma abordagem qualitativa. Essa abordagem é utilizada para entender e explicar um fenômeno social com o mínimo afastamento possível de seu ambiente natural.

O cenário de pesquisa deste estudo são os dois RUs, um da Universidade Federal do Acre e outro da Universidade Federal do Ceará. Os RUs possuem arranjos organizacionais diferentes entre si, sendo que ambos utilizam algum modelo de terceirização, seja autogestão mista ou concessão total. No primeiro caso, o contrato prevê que o fornecimento de mão de obra e a responsabilidade técnica fiquem a cargo da instituição, incluindo o planejamento do cardápio, aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais. No segundo caso, há previsão de fornecimento de refeições com concessão de uso de área física, e a contratada é responsável por todo o processo de planejamento e execução do fornecimento de refeições, inclusive designada como responsável técnica (CARAN, 2018).

Os contratos dos RUs têm em comum o estabelecimento de regras específicas para a prestação do serviço de fornecimento de refeições, como o planejamento do cardápio, a manutenção predial e a forma de prestação desses serviços. Há determinações sobre a

frequência de oferta dos gêneros alimentícios e a organização do fornecimento. A manutenção predial envolve limpeza, higienização e manutenção dos equipamentos, utensílios e do local de fornecimento de refeições. Os contratos também estabelecem regras de apresentação e conduta para os trabalhadores terceirizados e estipulam a realização de treinamentos periódicos para estes.

3.2 Contexto

Um dos serviços mantidos pelas universidades federais refere-se à alimentação dos discentes, servidores e docentes, geralmente realizada por meio dos RUs. A operacionalização desses serviços ocorre por meio de contratos administrativos, que são acordos firmados entre o Estado e uma empresa privada, por meio de instrumento jurídico contendo cláusulas que conferem prerrogativas à Administração Pública, explicitando a supremacia do interesse público e seguindo, de forma predominante, as regras do Direito Público. De acordo com Oliveira e Carvalho (2018), a empresa contratada compromete-se a fornecer um serviço específico, enquanto a Administração Pública assume o ônus da contraprestação financeira, além do papel de gestão e fiscalização do contrato administrativo.

A administração desses contratos abrange várias etapas, compreendendo o planejamento da contratação, a seleção do fornecedor e a gestão do contrato. As duas primeiras fases envolvem estudos prévios, justificativa da contratação, dimensionamento da demanda, riscos, redação do termo de referência, orçamentação do objeto e processo licitatório ou sua dispensa/inexigibilidade. Já a fase de gestão contratual é realizada pelo gestor do contrato, que toma decisões apoiadas na fiscalização técnica, administrativa e na opinião dos usuários, garantindo o alcance dos resultados planejados pela Administração Pública (BRASIL, 2017).

O processo de gestão dos contratos administrativos tem como base a obrigação legal do Estado em fiscalizar e gerir os recursos públicos, seguindo a lógica de poder-dever (BRASIL, 1993). Nesse processo, a equipe de gestão de contratos é composta por um gestor e fiscais (VIEIRA, 2014). O gestor do contrato é responsável por coordenar as atividades de fiscalização, enquanto o fiscal técnico avalia a prestação do serviço em relação aos parâmetros de quantidade e qualidade estipulados no contrato. Além disso, o fiscal administrativo verifica a regularidade dos trabalhadores terceirizados, e o público usuário avalia o serviço por meio de pesquisas de satisfação (BRASIL, 2017).

Os RUs, como parte desse contexto, precisam obedecer à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo

Presidente da República em 15 de setembro de 2006, por meio do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

Em períodos normais, a gestão dos RUs para atender à LOSAN envolve o fornecimento de uma alimentação segura aos estudantes, financiada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). As universidades precisam mobilizar uma complexa estrutura organizacional para viabilizar uma vasta gama de insumos, como gêneros alimentícios, equipamentos, utensílios, materiais de higiene e limpeza, além de serviços de manutenção predial e de equipamentos, limpeza e mão de obra especializada para a produção das refeições em quantidade e qualidade satisfatórias, nos horários preestabelecidos.

A política de assistência estudantil é proveniente do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que busca ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior federal por meio de ações que visam à democratização, à mitigação das desigualdades sociais e regionais, à redução das taxas de retenção e evasão, e à promoção da inclusão social pela educação.

De acordo com o Decreto nº 7.234/2010, que estabelece as diretrizes do PNAES, a alimentação é uma das ações de assistência estudantil voltada para estudantes de baixa condição socioeconômica regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das universidades federais.

Assim, a aquisição de insumos, especialmente de gêneros alimentícios, para os RUs das IFES, a fim de viabilizar a produção de refeições completas, balanceadas e variadas para a comunidade acadêmica, deve ocorrer sob financiamento do PNAES. Isso é necessário devido à demanda diária de alimentação dos estudantes, proporcionando o suporte energético e nutricional adequado para garantir o pleno desenvolvimento cognitivo, satisfazer as necessidades acadêmicas e promover a permanência dos estudantes na educação superior.

A gestão dos restaurantes universitários das universidades federais brasileiras envolve vários processos administrativos e operacionais, desde a aquisição de alimentos e demais insumos (gestão mista), contratação de mão de obra especializada (gestão mista) ou completa terceirização do serviço para a produção de refeições (neste caso não há a necessidade de aquisição de insumos e contratação de mão de obra especializada por parte da universidade), até o produto final, que é a disponibilização das refeições aos seus estudantes.

Toda e qualquer aquisição, seja de insumos ou de serviços, deve obedecer aos trâmites legais padronizados pela esfera federal, cujo início se dá com a abertura de processos administrativos por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), anexando inicialmente o Documento de Formalização de Demanda que se sujeitará à análise da Pró-reitora de Administração que, por sua vez designará a Equipe de Planejamento da Contratação –

geralmente composta por um servidor Requisitante (Diretor de Assuntos Estudantis), um Integrante Requisitante (Nutricionista ou Chefe do RU) e um Integrante Administrativo (Diretoria de Material e Patrimônio) – sob publicação de portaria com o aval da Reitoria. Essa equipe será responsável por elaborar os demais documentos obrigatórios que regerão todo o processo licitatório como o Estudo Técnico Preliminar, o Gerenciamento de Riscos – somente para contratação de serviços, com vistas a reduzir erros, atrasos na fase de execução em decorrência de falhas na fase de Planejamento da contratação –, e, por último, o Termo de Referência do objeto a ser contratado, descrevendo minuciosamente as especificações do objeto, as regras internas e externas que deverão balizar o Edital e o ato licitatório.

A próxima etapa é a Cotação de Preços, que dará limite mínimo e máximo de preço ao objeto da contratação para o ato licitatório realizada pelo Departamento de Material e Patrimônio (DMAP). Em sequência, acontece a divulgação do Edital em Diário Oficial da União (DOU) e, por fim, o ato licitatório. Finalizada a licitação, procede-se à elaboração de Minuta de Contrato ou Ata de Registro de Preços para que as empresas vencedoras do processo licitatório assinem; logo em seguida, o RU solicita a emissão da Nota de Empenho, documento final que autoriza quais insumos e suas quantidades ou serviços devem ser solicitados.

Concomitante ao início da prestação de serviços ou entrega de insumos (pelos fornecedores), inicia-se também a gestão/fiscalização dos contratos, fase na qual são designados servidores para os cargos de Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal administrativo, para que se possa garantir que o insumo ou serviço seja realizado ao rigor das necessidades e exigências da administração pública, com o intuito principal de garantir a SAN no cotidiano por meio das principais refeições (café, almoço e jantar) nos RUs.

Embora os procedimentos possam variar entre as universidades observadas, o fluxo geral de atividades nos RUs ocorre nesse contexto:

- Planejamento e orçamento: A gestão do restaurante universitário realiza o planejamento das atividades, definindo metas e objetivos, além de estabelecer o orçamento necessário para o funcionamento do estabelecimento;
- Processo administrativo para aquisição de insumos (alimentos, material de higiene, utensílios e equipamentos), contratação de serviços ou contratação de terceirização total do serviço: É aberto um processo administrativo, no qual são especificados os tipos de serviços a serem contratados, as quantidades e os tipos de alimentos necessários para o período determinado. Geralmente, ocorre uma licitação pública para a escolha dos fornecedores ou prestadores de serviço que atenderão aos requisitos estabelecidos;

- Treinamento dos funcionários: Os restaurantes universitários devem seguir rigorosamente as boas práticas de manipulação de alimentos, garantindo o uso de utensílios limpos, higienização adequada das mãos dos funcionários, armazenamento adequado dos alimentos, controle de temperatura e controle do tempo de exposição dos alimentos aos estudantes, para evitar a contaminação e proliferação de micro-organismos nocivos. Para isso, os profissionais que trabalham nos restaurantes universitários precisam passar por treinamentos específicos sobre segurança alimentar, incluindo cursos de boas práticas de manipulação de alimentos, higiene ambiental e higiene pessoal, todos eles ministrados por nutricionista. Isso garante que os profissionais tenham conhecimento adequado para lidar com os alimentos e com todo o ambiente de produção de forma segura – tanto para preservação das propriedades nutricionais dos alimentos quanto para a prevenção de contaminações físico-químicas e microbiológicas;
- Elaboração de cardápios balanceados: os restaurantes universitários contam com a presença de nutricionistas – no quadro efetivo de servidores da universidade quando se trata de gestão mista, ou no quadro de funcionários da empresa quando se trata de terceirização total –, que elaboram cardápios balanceados e nutritivos, levando em consideração as necessidades energéticas e nutricionais dos estudantes, as características alimentares baseadas na cultura local, a sazonalidade dos alimentos e os aspectos técnicos específicos na combinação de ingredientes (para evitar que nutrientes sejam mal aproveitados pelo organismo). Essa abordagem contribui para a promoção da saúde, prevenção de doenças relacionadas à alimentação ou, também, prevenir o agravamento da condição nutricional de portadores de doenças crônicas degenerativas, mesmo considerando o fato de os RUs terem como público-alvo pessoas saudáveis;
- Recebimento e armazenamento dos alimentos: após a escolha dos fornecedores, os alimentos são recebidos no restaurante universitário. Nesse estágio, é realizada a conferência dos produtos, verificando sua qualidade, condições de transporte, condições de higiene, condições da embalagem, quantidade e validade. Os alimentos são armazenados em condições adequadas de higiene e temperatura para garantir sua conservação e evitar a contaminação;

- Preparação e produção das refeições: com os alimentos recebidos e armazenados corretamente, inicia-se o processo de preparação das refeições. Esse processo inclui a seleção dos ingredientes, o pré-preparo (lavagem, desinfecção com produtos específicos, descasques e cortes), o cozimento, a montagem dos pratos e a disponibilização das refeições prontas. Durante todo esse processo, as boas práticas de manipulação de alimentos são seguidas sob orientação dos Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) e supervisão de Nutricionistas, Engenheiro de Alimentos, Economistas Domésticos, Técnicos em Nutrição e Estagiários do curso de Nutrição, para garantir a segurança alimentar;
- Controle de qualidade: Durante a produção das refeições e disponibilização das refeições prontas, são realizadas verificações de controle de qualidade para garantir que os alimentos estejam seguros para consumo. Isso pode envolver análises microbiológicas e físico-químicas dos alimentos, bem como a aplicação de procedimentos de segurança alimentar, como o monitoramento de temperatura e até intervenções nos POPs;
- Distribuição das refeições: as refeições prontas são distribuídas aos estudantes de acordo com o horário estabelecido pelos RUs. São utilizados sistemas de *tickets* e cartões magnéticos para garantir que os estudantes tenham acesso às refeições e que esse acesso possa ser contabilizado pelas universidades.

Durante a pandemia, surgiram desafios nas dimensões alimentar e nutricional. A dimensão alimentar refere-se à disponibilidade física e econômica dos alimentos, sendo essencial garantir a disponibilidade de alimentos e renda para alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), principalmente para as famílias mais vulneráveis. A emergência e a disseminação da pandemia da COVID-19 agravaram a situação, intensificando os problemas relacionados à SAN, especialmente para os mais vulneráveis em termos sociais, econômicos e sanitários, o que poderia indicar um possível aumento da fome (RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020).

Nesse contexto de crise causada pela pandemia, os serviços presenciais nos RUs foram suspensos seguindo as orientações das autoridades sanitárias para conter a propagação da contaminação e evitar o colapso do sistema de saúde pública. Como consequência dessas restrições, as IFES tentaram suprir a necessidade de alimentação segura aos estudantes por meio de um auxílio emergencial denominado “Bolsa Alimentação Emergencial”. Esse auxílio tinha como objetivo fornecer condições financeiras para que os estudantes pudessem adquirir

alimentos e satisfazer suas necessidades básicas de saúde e suporte nutricional para continuar realizando suas atividades cognitivas plenamente.

No Brasil, a coordenação do fornecimento de uma alimentação segura apresenta complexidades institucionais, especialmente no que diz respeito ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. O Estado enfrenta dificuldades na coordenação horizontal das organizações envolvidas nas ações de comando político. Produzir e fornecer alimentos seguros são desafios enfrentados por diversos agentes ao longo da cadeia alimentar. Nesse sentido, a análise proposta neste estudo se concentra na complexidade institucional da gestão dos RUs da Universidade Federal do Acre e da Universidade Federal do Ceará.

Sendo assim, este estudo levou em consideração se as universidades observadas conseguiram suprir a SAN para os estudantes durante a pandemia, por meio das medidas que substituíram os RUs em seu funcionamento normal, portanto, não se aprofundando nos detalhes que se ramificam a partir do conceito de SAN e seus graus de insegurança alimentar.

3.3 Coleta de dados

Foi realizada uma pesquisa documental para identificar episódios estratégicos que permearam o histórico institucional, buscando obter informações para contextualização do cenário de pesquisa, compreender o funcionamento habitual das organizações pré-pandemia e conhecer as decisões a respeito das alternativas adotadas nos diferentes RUs para atender aos estudantes, no contexto pandêmico da COVID-19.

Os documentos analisados foram: a) Legislações, resoluções e normas a respeito da gestão dos setores público-federais, licitações, aquisição da agricultura familiar, atribuições dos nutricionistas e funcionamento dos restaurantes; b) Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência para aquisição de insumos e serviços das universidades; c) Planos de Desenvolvimento Institucional das universidades; d) conteúdos disponíveis nos *sites* institucionais das universidades e do CFN, e; e) relatórios de conferências nacionais sobre segurança alimentar e nutricional.

Outra fonte de evidência utilizada foram as entrevistas. Para o prosseguimento e aprofundamento do estudo, o instrumento de coleta de dados aplicado foi a entrevista semiestruturada, que teve como apoio roteiros semiestruturados (Anexo 1), com perguntas abertas referentes à gestão dos RUs para o atendimento da SAN antes e durante a pandemia.

As entrevistas foram realizadas com servidores (diretores, técnicos em assuntos educacionais e nutricionistas) e estudantes das universidades observadas. Essa escolha se

justifica dada a importância desses atores para o funcionamento e para a existência das universidades, respectivamente. Levando em consideração os servidores de setores distintos das universidades, que são os atores responsáveis por influenciar diretamente a gestão para o bom funcionamento dos RUs, e os estudantes, que constituem o público-alvo dos RUs e fornecem uma visão do ponto de vista dos beneficiados pela gestão das respectivas universidades, tornou-se possível obter um panorama mais completo do fenômeno ao analisar suas posições quanto à decisão adotada. Este tipo de levantamento é roteirizado, mas caracteriza-se, principalmente, pelo grau de liberdade que é dado ao entrevistador para obter outras informações que possam ser relevantes à pesquisa, mas que não foram previamente incluídas no roteiro da entrevista (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

Na modalidade de entrevista semiestruturada, a interação entre entrevistador e entrevistado se torna menos rígida, possibilitando a inserção de novos questionamentos durante o diálogo (GODOI; MATTOS, 2006). Além disso, a entrevista semiaberta é caracterizada pelo diálogo informal, o que proporciona ao respondente o relato mais amplo da experiência vivenciada e, por consequência, permite ao entrevistador obter maior clareza e extrair o máximo de dados (COOPER; SCHINDLER, 2011).

O período de coleta dos dados, por meio das entrevistas, ocorreu entre 09 de fevereiro e 02 de junho de 2023. O total de respondentes foi de 15, sendo que 14 foram entrevistados por videoconferência e apenas 1 respondeu o questionário por escrito. O tempo médio das entrevistas foi de 24,5 minutos. A de menor tempo teve cerca de 12 minutos e, a de maior tempo, 42 minutos.

O Quadro 1 resume informações acerca dos cargos, funções dos participantes, relação com a universidade e dia da entrevista.

Quadro 1 – Perfil dos respondentes

N	CARGO / FUNÇÃO	ORGANIZAÇÃO	RELAÇÃO COM A UNIVERSIDADE	DATA
1	Diretora de Assuntos Estudantis (atual)	UFAC	Servidora	09/02/23
2	Assistente em Administração	UFAC	Servidor	13/02/23
3	Diretor de Material e Patrimônio (atual)	UFAC	Servidor	07/03/23
4	Economista Doméstica	UFAC	Servidora	07/03/23
5	Nutricionista	UFAC	Servidora	08/03/23
6	Acadêmica de Nutrição	UFAC	Estudante e Estágio remunerado no RU	09/03/23
7	Acadêmica de Nutrição	UFAC	Estudante	09/03/23
8	Acadêmica de Música	UFAC	Estudante e Estágio remunerado no RU	20/03/23
9	Acadêmica de Nutrição	UFAC	Estudante	20/03/23
10	Assessora da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	UFAC	Servidora	22/03/23
11	Diretora de Apoio à Formação Acadêmica	UFAC	Servidora	18/04/2023
12	Nutricionista	UFC	Servidor	02/05/2023
13	Nutricionista	UFC	Servidor	12/05/2023
14	Nutricionista	UFC	Servidor	27/05/2023
15	Acadêmico de Agronomia	UFC	Estudante	02/06/2023

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.4 Análise dos dados

A análise de conteúdo é considerada como um conjunto de técnicas de análise de discurso, que busca compreender os significados das mensagens e informações coletadas (BARDIN, 2004). Assim, a análise no contexto da abordagem qualitativa contribui de maneira enriquecedora no processo de interpretação. Além, ainda, o método de análise tem a capacidade de revelar processos sociais que são desconhecidos, especialmente relacionados a grupos específicos. Ademais, ele possibilita o desenvolvimento de novas abordagens, a revisão e a criação de conceitos e categorias durante a investigação (MINAYO, 2007). A análise de conteúdo foi conduzida por meio de *software* específico Atlas.ti.

Segundo Cooper e Schindler (2011, p. 423), “a análise de conteúdo mede o conteúdo semântico. Sua amplitude faz dela uma ferramenta flexível e vasta, que pode ser usada como uma metodologia ou como uma técnica para um problema específico”.

Bardin (2010) afirma que a técnica é indicada para fins exploratórios, aumentando a probabilidade de descoberta de novos achados, e para verificar hipóteses preconcebidas. Por meio desta técnica, é possível produzir inferências de um texto focal para seu contexto social, podendo construir uma nova informação, de acordo com os objetivos da pesquisa (BAUER, 2014). Por conseguinte, a análise de conteúdo foi aplicada com êxito para analisar as entrevistas conduzidas e levantamento documental realizado.

Durante a análise das respostas obtidas, o pesquisador adotou a técnica conhecida como leitura flutuante, que consiste na primeira leitura das informações coletadas. Nesse sentido, o pesquisador realizou a leitura dos diversos documentos institucionais, legislações e conteúdos selecionados do site. Essa seleção foi feita por meio de uma busca ativa de informações relevantes, que retratassem episódios estratégicos da instituição como a adoção da Bolsa Alimentação Emergencial aos estudantes para suprir a ausência dos RUs.

A análise do conteúdo ocorreu de forma contínua com as entrevistas realizadas com os profissionais. A partir dessas interações, o pesquisador pôde formular proposições que surgiram de suas intuições iniciais. Ao formular as proposições, foi possível estabelecer critérios de classificação das respostas e definir as categorias de significação, conhecida também como categorização.

A categorização pode ser definida como “uma operação de classificação dos elementos constituintes de um conjunto, diferenciando-os e, em seguida, agrupando-os de acordo com critérios previamente estabelecidos” (BARDIN, 2010, p. 145).

A maioria dos procedimentos de análise se baseia em um processo de categorização, que pode seguir critérios semânticos (categorias temáticas), sintáticos, lexicais ou expressivos (BARDIN, 1995). Para estudos de caso, a estratégia analítica preferencial é aquela baseada em proposições teóricas, que refletem um conjunto de questões de pesquisa, revisões literárias sobre o assunto e possíveis novas interpretações (YIN, 2005). Portanto, a revisão bibliográfica é fundamental em todas as etapas do trabalho.

Dionne e Laville (1999) propõem três modos de definição das categorias analíticas: 1) modelo aberto, em que as categorias não são definidas previamente e surgem durante a análise; 2) modelo fechado, em que as categorias são definidas antecipadamente com base em uma perspectiva teórica; 3) modelo misto, que combina elementos dos dois modelos anteriores, com categorias definidas no início da pesquisa, mas sujeitas à modificação com base nos resultados da análise.

Neste estudo, optou-se por uma abordagem de grade de análise aberta (Quadro 2), que foi desenvolvida ao longo da própria análise dos conteúdos e que teve relação direta com as

perguntas do questionário aplicado e lógicas institucionais existentes.

Durante a análise dos dados coletados de diferentes fontes, ficou evidente que muitos conceitos eram congruentes, sendo que alguns apresentavam semelhanças ou proximidades. Essa nuance permitiu apresentar os resultados com riqueza de detalhes, alinhando-se ao arcabouço teórico selecionado e, ao mesmo tempo, particularizando o objeto de estudo de forma substancial.

Quadro 2 – Grade de análise aberta de conteúdo

CATEGORIAS	TEMAS PRINCIPAIS
Percepção sobre a Segurança Alimentar e Nutricional	Acesso Disponibilidade de alimentos Qualidade em quantidade suficiente
Implementação da SAN no RU antes da pandemia	Procedimentos operacionais padronizados Documentos Profissionais capacitados Orçamentos necessários Guia Alimentar Brasileiro
Gestão para a SAN durante e pós pandemia	Normas Recomendações Fechamento Distanciamento social Quarentena Auxílio de alimentação emergencial
Atores influentes na implementação da SAN	Atores envolvidos Implementação Principal coordenador Tomada de decisões

Fonte: Elaborado pelo autor.

Concluindo o processo de análise de conteúdo, a etapa final é a interpretação. Foram três estratégias qualitativas de análise e interpretação de conteúdo (GIL, 2002; MANNING; RAGHAVAN; SCHÜTZE, 2008):

- 1) Emparelhamento: envolve a associação dos dados coletados a um modelo teórico, a fim de compará-los. Essa estratégia busca encontrar semelhanças e diferenças entre os dados e o modelo teórico estabelecido;
- 2) Análise histórica: constitui um tipo específico da estratégia anterior, pois tem como objetivo caracterizar a evolução de um fenômeno com base em um modelo teórico

pré-existente. A análise histórica permite traçar a trajetória temporal do fenômeno estudado;

- 3) Construção interativa de uma explicação: essa estratégia não requer uma perspectiva teórica prévia, uma vez que a explicação lógica do fenômeno analisado é construída gradualmente, por meio de sucessivas aproximações. Nesse processo, a interpretação é desenvolvida de forma interativa, refinando-se e ajustando-se ao longo do caminho.

Portando, a análise dos dados foi realizada partindo da categorização dos elementos constantes no Quadro 2, no sentido de identificar as lógicas mais presentes em cada categoria e os atores mais influentes, e apresentando as experiências levantadas com base na teoria fundamentada neste estudo, resumida no quadro abaixo.

Quadro 3 – Lógicas do campo e atributos de observação

LÓGICAS	ATRIBUTOS
Lógica profissional	Atuação profissional pautada pelo conhecimento técnico específico e pela ética profissional, voltados para o bom exercício da profissão, promovendo e mantendo a saúde do público-alvo.
Lógica da democracia	Diz respeito à participação e ao nível de controle popular sobre as atividades humanas, de modo que as ações dos atores são orientadas por prescrições que permitam a igualdade de condições independentemente de quem será assistido.
Lógica corporativa	Compreende a rotina da empresa ou organização, com base em estratégias e práticas de gestão visando a contenção de custos e obtenção de eficiência esperada na prestação de serviços.
Lógica do mercado	Atividades relacionadas com ganhos, preços, custos, vendas e contratos de trabalho e serviços, nas quais a preocupação com a rentabilidade prevalece.
Lógica do estado	Refere-se à regulação das atividades a partir de aparato legal e burocrático, preocupada com o equilíbrio do bem-estar, e mais especificamente em se tratando dos RUs, o foco é assegurar a SAN e a sustentabilidade dos atores.
Lógica da família	Influencia a atividade humana a partir de suas necessidades e lealdade a seus entes, buscando garantir o acesso à SAN e ao ensino de qualidade.
Lógica da religião	Subordinada à noção de verdade sobre a realidade em que toda atividade humana ocorre, pautada em princípios oriundos de ensinamentos divinos.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Friedland e Alford (1991).

4 RESULTADOS

Aspectos valorativos e atitudinais sobre segurança alimentar de comensais dos restaurantes universitários e as lógicas institucionais no período pandêmico ainda são pouco discutidos na literatura científica.

As práticas nas duas universidades não foram comparadas, já que elas serviram para confirmar e caracterizar o que ocorreu durante o período pandêmico. Os resultados foram descritos de acordo com as categorizações das falas, com base nos Quadros 2 e 3, a partir do roteiro semiestruturado (Anexo 1) relacionado ao tema de segurança alimentar e nutricional dos restaurantes universitários e aos objetivos específicos do presente estudo.

– Percepção sobre a Segurança Alimentar e Nutricional

No tocante à definição da SAN, os entrevistados citaram que a segurança alimentar e nutricional é um direito de todos os cidadãos e que está relacionado ao manejo dos alimentos, ao acesso na quantidade e qualidade satisfatórios, respeitados a cultura e os costumes de cada indivíduo. Ainda, destacaram que as medidas são atribuídas aos nutricionistas, que possuem experiência e competência na garantia da segurança alimentar e nutricional, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade.

O acesso e a disponibilidade de alimentos oferecida pelo restaurante foram frequentemente citados.

“É um direito de todos de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente e variedade também” (Acadêmica de nutrição 1 - UFAC).

“Eu acho que é a questão da qualidade do alimento, se é segura, se realmente é nutritiva, e também no sentido de ter os cuidados sanitários, adequados” (Acadêmico de agronomia - UFC).

“É quando a pessoa tem acesso ao alimento” (Nutricionista - UFAC).

“É o acesso físico, social e econômico de todas as pessoas a alimentos em quantidade e qualidade nutricional, além de seguros, a fim de evitar má nutrição e doenças transmitidas por alimentos e água” (Nutricionista 3 - UFC).

“Está envolvido com políticas públicas do governo para possibilitar o acesso a uma alimentação nutricional adequada” (Assistente de administração - UFAC).

“Segurança alimentar e nutricional é você conseguir atender a demanda de alimentos para uma população. Ou seja, não faltar comida e não deixar com que essas pessoas passem fome” (Acadêmico de nutrição 2 - UFAC).

“Eu entendo na SAN é importante verificar as questões se os alimentos estão corretos para servir, se estão adequados para o consumo” (Acadêmica de música - UFAC).

“A segurança alimentar e nutricional é um acesso a uma alimentação adequada, onde haja a quantidade necessária dos alimentos suficientes para suprir as necessidades dos indivíduos. Junto a isso, as boas práticas no processo de manipulação dos alimentos, na fabricação, até chegar à mesa do consumidor” (Acadêmica de nutrição 3 - UFAC).

“Segurança alimentar e nutricional é exatamente esse direito que a pessoa tem de fazer as refeições balanceadas. É aquele direito que eu tenho de fazer as refeições, pelo menos as três principais refeições, café, almoço e jantar, e que essas refeições ofereçam os nutrientes que são necessários ao desenvolvimento do bem-estar do corpo humano” (Diretora de apoio à formação acadêmica - UFAC).

A preocupação com o acesso de todos os alunos à alimentação aponta uma lógica de democracia, enquanto a preocupação em estabelecer diretrizes e padrões para promover a saúde e o bem-estar dos estudantes indica uma lógica de estado, e a garantia da qualidade nutricional das refeições indica uma lógica profissional.

“A alimentação e formulações de cardápio estão dentro de um padrão de qualidade nutricional, com controles de sódio e açúcar. A gente tem essa preocupação, por exemplo, a gente não disponibiliza de sal no refeitório. Então tudo é calculado. Toda essa parte a gente deixa a cargo dos nutricionistas que têm a experiência e a competência para fazer essa parte dessa segurança alimentar mais nutricional, em quantidade e em qualidade” (Diretora de Assuntos Estudantis - UFAC).

“A segurança alimentar é a gente satisfazer o nosso corpo com os alimentos básicos. Com aquilo que o nosso organismo necessita, a proteína, os carboidratos, as vitaminas, os sais minerais. É aquilo que nos ajuda a manter o nosso corpo em condições de funcionamento” (Economista Doméstica - UFAC).

A estrutura e limpeza dos locais também foram mencionados como fortes atributos para uma percepção positiva a respeito da segurança alimentar nos locais estudados. Avaliações diárias das condições sanitárias das unidades são partes do processo para segurança alimentar. A equipe de servidores realiza verificação minuciosa para assegurar um ambiente limpo, seguro, adequado e que promova bem-estar de todos os envolvidos. No entanto, acadêmicos relataram a falta de acesso às informações acerca do processo de preparação e entrega dos alimentos na Universidade.

“Nas nossas unidades, a gente diariamente faz uma aplicação de um checklist para avaliar as condições sanitárias da unidade e aí verificar se o serviço que está sendo prestado pela empresa ali em loco, no refeitório, ele está em conformidade com tudo o que é estabelecido nas cláusulas do contrato” (Nutricionista 1 - UFC).

“A gente só tem acesso ao que a gente vê. E tudo é bem limpo, de onde a visão alcança. Quando a gente entra no restaurante, vemos que tudo bem limpo, tudo organizado, mas a questão de processo mesmo, de quando chega, como chega, a gente não tem acesso às informações não” (Acadêmica de nutrição 1 - UFAC).

De acordo com a noção de SAN explicitada pelos entrevistados, entende-se que está

embutido no conceito da SAN a influência das prescrições da lógica da democracia, da lógica de estado, da profissão e da família. A lógica da democracia se destaca por sua influência no sentido de assegurar direitos para todos, especialmente aos mais necessitados, aumentando as chances para o acesso à alimentação de qualidade e em quantidade satisfatória. Isso se coaduna à ideia de igualdade e inclusão, fundamentais na lógica democrática. Concomitante, a lógica de estado atua estabelecendo e regulando as regras de como acontecerá a aquisição dos alimentos e como será o acesso dos mais necessitados a esses alimentos. Isso caracteriza a preocupação do Estado em estabelecer diretrizes e padrões para promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos, mas, para que isso aconteça, é necessário adotar medidas de controle e regulação atribuídas aos nutricionistas, profissionais responsáveis por garantir a segurança alimentar e nutricional na “linha de frente” do processo prático. Portanto, a lógica profissional se concilia à lógica de estado, em razão da imprescindível necessidade da supervisão e orientação dos nutricionistas para garantirem que as práticas orientadas pela lógica de estado sejam realizadas.

Ainda nessa senda, a lógica profissional tem sua influência identificada a partir da necessidade de se estabelecer critérios técnicos indispensáveis para que se possa orientar como acontecerá o manejo adequado dos alimentos, de forma a evitar contaminações e depleção das propriedades nutricionais e, assim, fornecer um alimento seguro do ponto de vista microbiológico e preservando as propriedades nutricionais.

A lógica da família se manifesta pelo interesse no bom funcionamento do RU, porque é a partir dela que aflora a necessidade de suprir as carências ou desejos de seus entes, levando-se em consideração a preocupação com o bem-estar desses indivíduos e com a preservação das tradições culturais e costumes familiares. O respeito às culturas e aos costumes sugere a importância de valorizar as práticas alimentares familiares e sua relação com a segurança alimentar e nutricional.

Acerca da falta de acesso dos usuários comuns às informações sobre o processo de preparação e entrega dos alimentos na universidade, isso pode ser associado à necessidade de participação dos acadêmicos, refletindo a importância da lógica democrática de inclusão e prestação de contas. A falta de acesso a essas informações pode ser interpretada como uma lacuna na participação dos indivíduos no processo decisório e na fiscalização das práticas relacionadas à segurança alimentar na universidade.

– Implementação da SAN no RU antes da pandemia

O RU é citado como um meio efetivo de alcançar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Expressões populares exaltam a urgência e a necessidade de

fornecer alimentação adequada e acessível para aqueles que enfrentam dificuldades financeiras, ressaltando o compromisso em priorizar as necessidades básicas dos estudantes em situação de vulnerabilidade, reconhecendo que a alimentação adequada é essencial para seu bem-estar e desenvolvimento acadêmico. Isso indica a influência da lógica de estado dada a preocupação com o bem-estar dos estudantes e a viabilização dos meios necessários para garantir o acesso desses estudantes à alimentação.

“Pelo RU nós sabemos que é onde nós conseguimos atingir o maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Então, é aquela história, quem tem fome tem pressa” (Diretora de Assuntos Estudantis - UFAC).

“O RU está muito pautado na questão de ser uma forma de assistência para os alunos. Acredito que uma das questões mais relevantes é ofertar as refeições essenciais, para os estudantes, no caso, café da manhã, almoço, jantar, de uma forma que atenda às necessidades desses estudantes” (Acadêmica de nutrição 3 - UFAC).

“Eu vejo que o RU, hoje, desempenha um papel fundamental no apoio e assistência à comunidade universitária e à comunidade externa também, porque tem pessoas de fora que, talvez, frequentam o RU, utilizam o RU para se alimentar” (Assistente de Administração - UFAC).

“O RU entra com essa parte do subsídio, né, para que o aluno fique na universidade, para que o aluno permaneça na universidade, diminuindo a evasão e também para que o aluno termine a sua graduação em tempo hábil” (Nutricionista 1 - UFC).

Os procedimentos operacionais padronizados (POP) foram citados com frequência entre os entrevistados, que relataram a importância de seguir procedimentos na rotina em todas as etapas de funcionamento dos RUs, compreendendo inspeções desde o ato do recebimento dos gêneros alimentícios, passando por todas as etapas de manipulação desses gêneros, como também no processo final, que é a disponibilização das refeições prontas nos *buffets* dos refeitórios, além da ênfase na importância dos profissionais capacitados para uma das principais ações para o alcance da SAN, qual seja, a elaboração dos cardápios. Isso indica a atuação de uma lógica profissional dos nutricionistas dada a ênfase nos procedimentos indispensáveis para o funcionamento dos RUs.

“Existe o POP. Acredito que seja uma rotina que visa garantir a inspeção... onde há higienização do que chega e observando os cuidados necessários na manipulação” (Técnico Administrativo - UFAC).

“O controle começa a partir do controle de qualidade que se inicia lá na empresa que produz as refeições. Tem toda a questão de um controle de temperatura, tem uma equipe de nutricionistas, de engenheiros de alimentos, economistas domésticos que ficam à frente desse contrato de produção das refeições para a nossa universidade. Então, assim, tem a aferição de temperatura, é feita a coleta de amostras para que na eventualidade de um surto alimentar, enfim, seja feita, sejam procedidas as análises microbiológicas” (Nutricionista 1 - UFC).

“Os nutricionistas faziam o cardápio que satisfazia todas essas necessidades e a comida, os alunos comem a comida balanceada, a comida de qualidade, de acordo com a OMS, com a Organização Mundial de Saúde” (Economista Doméstica - UFAC).

“Os nutricionistas, eles entram de forma ativa, né, são os nutricionistas que elaboram todo o cardápio qualitativo e o quantitativo, né, então essa parte toda a gente também, com o nosso corpo técnico dos nutricionistas” (Diretora de Assuntos Estudantis - UFAC).

“O que eu sei é que tem nutricionista, os nutricionistas que fazem esse papel. De acordo com o que é fornecido, eles elaboram uma dieta que atenda satisfatoriamente a necessidade do ser humano comum” (Assistente de administração - UFAC).

“É verificado a quantidade/ qualidade dos alimentos, tempo/ temperatura, boas práticas na produção e manipulação dos alimentos, dedetização e higienização dos reservatórios de água periodicamente” (Nutricionista 3 - UFC).

Foram mencionados também a oferta das principais refeições (café da manhã, almoço e jantar) para os alunos de baixa renda a preço de R\$1,00 (UFAC) e R\$ 1,10 (UFC) por refeição e a forma de adquiri-los. Na Universidade Federal do Ceará, os alunos beneficiados com assistência estudantil são isentos de pagar o valor das refeições e, portanto, realizam suas refeições nos RUs de forma gratuita. Dessa forma, a lógica de estado se materializa na isenção do pagamento das refeições nos RUs da Universidade Federal do Ceará, refletindo a preocupação com o poder aquisitivo dos estudantes beneficiados com assistência estudantil.

O Guia Alimentar Brasileiro foi exposto como o principal instrumento norteador para construção de cardápios e alimentos ofertados pela instituição. Destaca-se ainda, que as aquisições de uma parcela dos gêneros alimentícios utilizados na produção das refeições nos RUs – mínimo de 30% do valor total da aquisição de alimentos – são realizadas diretamente com o próprio produtor, incentivando-se, assim, a prática e comercialização da agricultura familiar. Desse modo, ao adotar o Guia Alimentar Brasileiro como referência e promover a aquisição de alimentos da agricultura familiar, as universidades se alinham com a lógica de estado, dada a busca em ofertar refeições saudáveis e contribuir para a sustentabilidade ambiental e social, considerando aspectos relacionados à saúde, à produção de alimentos e ao desenvolvimento local.

“A gente utiliza o guia alimentar da população brasileira como norte para estar fazendo a oferta. Fomentamos também Agricultura Familiar que é uma forma de incentivar a segurança alimentar” (Nutricionista – UFAC).

“O restaurante universitário é um benefício para a comunidade universitária com o valor simbólica para cada refeição. Os alunos em vulnerabilidade econômico social podem receber isenção para o acesso ao RU” (Nutricionista 3 - UFC).

“O acesso ele se dá através de um cartãozinho magnético, que o aluno tem a opção de recarregar pelo site da Universidade e agora está sendo implementado o uso de um

aplicativo para que também através do aplicativo o aluno possa fazer essa recarga. O aluno que é pagante, o custo da refeição é de R\$1,10. E aí os outros alunos, aqueles que são beneficiados pela assistência estudantil da Universidade, eles não pagam, ou seja, eles têm a gratuidade no acesso” (Nutricionista 1 - UFC).

“E uma das ações que eu considero muito relevantes para isso é justamente o fato de a refeição ter o preço a R\$ 1,00” (Acadêmica de Nutrição 3 - UFAC).

“Funciona praticamente das 5 da manhã às 10 horas da noite, está aberto, para suprir essa demanda acadêmica e da comunidade” (Assistente de administração UFAC).

Concernente aos orçamentos necessários para aquisição de produtos de qualidade e em quantidade adequada, o processo é dado através de licitação e enfatiza a responsabilidade da empresa em garantir que todos os requisitos sejam cumpridos ao rigor das cláusulas em editais, termos de referência, contratos ou atas de registro de preços, que direta e indiretamente fundamentam os pilares para o início dos processos práticos almejando a SAN dos estudantes, e com penalidades em caso de descumprimento. A gestão desses recursos é feita em conjunto com o ordenador de despesas, com transparência e proteção de preços por meio de processos de registro de preço e licitação. Salienta-se que o RU está vinculado à Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) e à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). O orçamento da assistência estudantil provém do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destinado a alunos em vulnerabilidade socioeconômica. Nutricionistas são responsáveis pelo estudo técnico preliminar e a Portaria envolve a participação de servidores de diferentes setores.

Outro ponto apontado com frequência é a existência de leis como garantia da segurança alimentar e nutricional, assim como o fornecimento adequado de alimentos para a comunidade acadêmica. Tem isso em vista, a lógica institucional de estado se destaca, uma vez que o orçamento proveniente do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a conformidade com as políticas públicas governamentais são elementos centrais no funcionamento do Restaurante Universitário e na assistência estudantil como um todo.

“De um modo geral, de forma rotineira, se não tiver nenhum problema, todo o nosso processo de compra, ele é feito pelo processo de registro de preço, de licitação. Onde garante transparência nessa aquisição de gêneros e também protege o preço” (Diretora de Assuntos Estudantis - UFAC).

“Participo da elaboração do edital da licitação no qual contempla diversos pontos em que a empresa tem o dever de garantir a SAN dos comensais, sob pena de glosa no valor da nota fiscal e/ou multa, etc. para o descumprimento” (Nutricionista 3 - UFC).

“Quando chega o começo do ano, a gente tem a nossa LOA (Lei Orçamentária Anual) dos valores que vão ser destinados a utilizar a nossa política de assuntos estudantis. Dentro desse orçamento, juntamente com o promotor, que é o ordenador de despesa, a gente faz um planejamento de como vai fazer, gerir esse recurso. Antes da pandemia, a gente destinava um percentual tipo 60 % para o RU e 40 % para as bolsas” (Diretora de Assuntos Estudantis - UFAC).

“Tinha a verba do PNAES. Através dessa verba que se mantém o restaurante. É uma verba satisfatória, que dava para a gente cumprir todos esses parâmetros nutricionais” (Economista doméstica - UFAC).

“O termo de referência, o estudo técnico preliminar também são elaborados pelos nutricionistas. E aí a gente coloca na portaria um outro servidor de um outro setor, de uma outra organização” (Diretora de Assuntos Estudantis - UFAC).

“Acredito que essa implementação se dava juntamente à pró -reitoria de assuntos estudantis, que é a PROAES, juntamente também com a atuação dos nutricionistas do restaurante universitário” (Acadêmica de nutrição 3 - UFAC).

A gestão dos restaurantes universitários apresenta desafios significativos, particularmente no que diz respeito aos fornecedores. Há um problema recorrente em que os fornecedores vencem a licitação com preços muito baixos, cientes de que não conseguirão cumprir com o fornecimento dos produtos. Isso resulta em obstáculos significativos para as universidades que enfrentam situações delicadas quando os fornecedores não entregam as mercadorias solicitadas. A falta de compromisso e profissionalismo por parte dos fornecedores é um dos principais problemas enfrentados. Isso configura uma lógica de mercado que conflita com os interesses das universidades, ou seja, nesse contexto da implementação, a lógica de mercado conflita com a lógica de estado.

“Na realidade, enfrentamos um gargalo que vem de muitos anos. É que a gente faz a licitação, os fornecedores ganham a licitação, cotam com o preço lá embaixo, sabendo que eles não vão ter condição de fornecer, de entregar aquele produto, e depois nos deixa de mãos abanando, passando por uma dificuldade que só Deus sabe” (Economista doméstica - UFAC).

“Eles chegam trazendo um produto de qualidade inferior, nós não podemos receber, e eles ficam chateados, querem que a gente receba daquele produto em substituição ao outro que está na licitação e a gente não pode aceitar” (Economista doméstica - UFAC).

A UFC possui cinco RUs distribuídos nos *campi* da capital Fortaleza e outras quatro unidades em cidades do interior, e todas elas contam com um modelo de aquisição de refeições prontas a partir da terceirização completa desse serviço, ou seja, as empresas contratadas produzem todas as refeições em cozinha própria e as fornece aos estudantes nos refeitórios de cada *campus*. Enquanto a UFAC possui apenas dois RUs, sendo o maior localizado no *campus* sede, na capital Rio Branco, que conta com o modelo de gestão mista – em que a gestão é realizada por servidores da própria universidade, mas a preparação dos alimentos ocorre por mão de obra terceirizada, diretamente na cozinha do RU – e o menor está localizado no *campus* Floresta, na cidade de Cruzeiro do Sul, que conta com o modelo de terceirização completa – no qual tanto a gestão quanto toda a estrutura ficam a cargo de empresa terceirizada contratada.

No processo de elaboração dos cardápios, é realizado um planejamento prévio para determinar todos os itens necessários para a preparação das refeições. No entanto, no caso do RU localizado no *campus* sede da UFAC, os processos licitatórios às vezes resultam na não aquisição de alguns produtos, não por limitações financeiras, mas devido às peculiaridades do sistema de licitação e falhas dos fornecedores. A lógica de estado e a lógica de mercado interagem nesse cenário de modo conflitante. Enquanto a lógica de estado busca garantir a conformidade com as normas e regulamentos governamentais no processo de licitação, a lógica de mercado impacta as dinâmicas comerciais por meio da ação dos fornecedores, que por sua vez se preocupam apenas com suas próprias necessidades ou objetivos.

“Gerir os restaurantes universitários é um grande desafio, porque o serviço público funciona um pouco diferente do serviço privado. E, em especial, na Universidade Federal do Acre, a gente tem dois modelos de restaurante. Um restaurante que é autogestão e outro restaurante que ele compra a comida pronta. Em especial, no que diz respeito ao restaurante de Rio Branco, a universidade acaba licitando gêneros alimentícios” (Diretora de apoio à formação acadêmica - UFAC).

“Muitos dos controles instituídos, ficam, de fato, a cargo da empresa, porque eles é que ficam em toda essa etapa de recebimento de alimentos, por exemplo, lavagem, etc. é uma empresa que tem uma série de certificações para estar atuando no Brasil” (Nutricionista 1 - UFC).

Os nutricionistas desempenham um papel fundamental na busca por substitutos adequados quando ocorre a falta de algum item licitado. É um trabalho árduo, mas importante para garantir a qualidade mínima das refeições oferecidas. Embora alguns ajustes possam ser necessários, a equipe técnica sempre se esforça para achar alternativas e superar os problemas, principalmente com relação às falhas dos fornecedores. Apesar dos desafios, a equipe dos restaurantes universitários se esforça para atender a todos, mesmo que isso signifique que os alunos tenham que esperar por sua refeição.

“Infelizmente, esses processos licitatórios, às vezes a gente deixa de adquirir algum produto. Não porque a universidade não tenha nem condições de pagar, mas é pelo próprio sistema mesmo de licitação que ocorre no Brasil. E aí você vai montando esses cardápios, buscando sempre atender esse padrão de segurança alimentar” (Diretora de apoio à formação acadêmica - UFAC).

“Em termos de quantidade, por exemplo, a gente não tem um número máximo de refeições que a gente fornece, a todos os estudantes que, de fato, aparecerem ali naquele dia. Isso, às vezes, é um problema para a gente. A gente não tem um limite. Nem máximo, nem mínimo” (Nutricionista 2 - UFC).

“A gente tenta atender a todo mundo. Às vezes, eles têm que esperar quando acaba. Então, os alunos esperam. Eles sabem que a empresa tem um tempo, que é um tempo de 15 minutos para repouso sem ser penalizado” (Nutricionista 2 - UFC).

Nesse contexto da implementação da SAN, ocorre a presença das lógicas institucionais de estado, profissional dos nutricionistas e a lógica de mercado. No entanto, é importante ressaltar que nenhuma lógica específica prevalece sobre as outras de forma clara ou absoluta. Em vez disso, as lógicas interagem de maneira complexa e, às vezes, conflitante.

A lógica de estado é evidenciada pela preocupação com o bem-estar dos estudantes e a viabilização dos meios necessários para garantir o acesso à alimentação. Isso inclui a isenção de pagamento das refeições para alunos beneficiados com assistência estudantil, a adoção do Guia Alimentar Brasileiro como referência e a promoção da aquisição de alimentos da agricultura familiar. Além disso, a existência de leis que garantem a segurança alimentar e nutricional também destaca a lógica de estado.

A lógica profissional dos nutricionistas é enfatizada na importância dos procedimentos operacionais padronizados (POP) para garantir o funcionamento adequado dos restaurantes universitários, desde o recebimento dos alimentos até a disponibilização das refeições. Essa lógica valoriza a competência e a capacitação dos profissionais responsáveis pela elaboração dos cardápios e pela garantia da qualidade alimentar.

Por fim, a lógica de mercado surge nas dificuldades enfrentadas em relação aos fornecedores, que vencem licitações com preços muito baixos, mas não conseguem cumprir com o fornecimento dos produtos. Essa lógica de mercado entra em conflito com os interesses das universidades, pois os fornecedores agem de forma oportunista, visando apenas seus próprios interesses comerciais.

Portanto, não há uma lógica que prevalece de maneira clara; em vez disso, entende-se que há uma interação e, por vezes, o conflito entre diferentes lógicas institucionais, destacando a complexidade da gestão dos restaurantes universitários e da assistência estudantil.

– **Gestão para a SAN durante a pandemia**

Concernente ao funcionamento do RU, as universidades optaram pelo fechamento total do restaurante em virtude das recomendações estabelecidas pelo Comitê Covid instaurado na UFAC, Conselho Universitário da UFC e da Organização Mundial da Saúde, que recomendaram o distanciamento social e quarentena como principais normas no período de pandemia e suspensão das aulas presenciais.

“Houve imposição do Governo Estadual para que ficasse fechado” (Nutricionista 3 - UFC).

“O Conselho na época, por segurança sanitária, decidiu que nós não tínhamos condições, já que era uma recomendação também da Organização Mundial de Saúde,

do Ministério de Saúde e do isolamento Social. Então, foi suspenso as aulas” (Diretora de Assuntos Estudantis – UFAC).

“Com o processo de lockdown, as leis, tanto federais quanto estaduais, reduzindo a capacidade de pessoas que poderiam ficar dentro de locais muito fechados. E o restaurante tem essa estrutura fechada, então ele não tinha uma estruturação que talvez não atendesse essas normas impostas pelo governo do estado e também pela parte federal. E aí com o número de casos aumentando e por causa do aumento do número de casos e de óbitos, não poderia funcionar” (Acadêmico de nutrição 2 - UFAC).

“Como já veio em forma de decreto, eu lembro bem, já veio até em forma de decreto, os professores já foram apontando no grupo, tá aqui o decreto, não tem como revogar, infelizmente, vamos ter que ficar em casa, se cuidando” (Acadêmica de música - UFAC).

De acordo com os depoimentos, com relação à decisão de fechamento dos RUs, tem-se uma combinação da lógica de estado com a lógica profissional (profissionais da saúde), uma vez que a decisão foi tomada pelo corpo gestor (Reitores e Conselhos Universitários) das universidades sob a influência dos órgãos de saúde.

No entanto, no início da pandemia, o RU da Universidade Federal do Ceará continuou servindo refeições nos refeitórios, mas em formato de “quentinhas”. Essa medida foi direcionada especificamente para os alunos com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, e para os alunos residentes no *campus*. Porém, a situação da pandemia foi se agravando e tornou-se inviável para os alunos se deslocarem e se exporem, assim como para a equipe do RU. Por isso, a comida passou a ser oferecida apenas aos alunos residentes, ou seja, aqueles que moravam nas casas universitárias.

“A princípio, a gente ainda ficou servindo refeições nos refeitórios através de quentinhas. E isso era voltado para o público específico, ou seja, os alunos com a vulnerabilidade socioeconômica comprovada. Isso que a gente chama de isentos e os residentes do campus” (Nutricionista 1 - UFC).

“Durante a pandemia ele ficou fechado. Só tinha funcionamento para quem era residente. E aí as pessoas que eram residentes podiam, parece que, ir buscar comida, alguma coisa nesse sentido. Mas não era aberto para todos os alunos” (Acadêmico de agronomia - UFC).

“E aí a coisa foi complicando, né, a gente foi ver que não era nem viável para eles, alunos, terem esse deslocamento, essa exposição, assim também como a gente” (Nutricionista 1 - UFC).

A lógica prevalente nesse caso parece ter combinado uma lógica de estado com lógica de família, uma vez que a combinação dessas lógicas pareceu ser uma estratégia para enfrentar os desafios apresentados pela pandemia, levando em consideração tanto o cuidado com a saúde e a preservação da vida dos alunos, quanto a necessidade de apoio aos mais vulneráveis.

Concomitante às recomendações do Ministério da Saúde, as aulas presenciais foram suspensas, assim como a disponibilização da alimentação presencial aos alunos nos refeitórios dos RUs. Dessarte, a oferta do auxílio de alimentação emergencial mensal para que os acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica pudessem adquirir alimentos foi utilizada como estratégia para garantir alimentação aos alunos. É importante enfatizar que os valores desses auxílios foram pagos com recursos que eram destinados exclusivamente para os RUs das Universidades observadas, e que a decisão e as características do Auxílio Emergencial parecem ter contrariado o que estabelece a legislação para o alcance da SAN.

“As aulas foram suspensas e pensando nos estudantes vulneráveis, a gente criou o auxílio de alimentação emergencial” (Técnica em Assuntos Educacionais - UFAC).

“Com o fechamento dos RUs foi concedido por meio de edital, auxílio alimentação emergencial, no valor de R\$250,00. Daí, com o prolongamento da pandemia, esse auxílio passou a se chamar bolsa alimentação emergencial e também teve o valor um pouquinho elevado, foi para R\$300,00, para estudantes de vulnerabilidade socioeconômica” (Diretora de Assuntos Estudantis – UFAC).

“Essa parte foi uma parte da nossa política da assistência estudantil, e foi decidido juntamente com a reitora, mas não passou pelo conselho universitário e nem pelo Comitê Covid” (Diretora de Assuntos Estudantis – UFAC).

“Pró-reitor de ações estudantis, reitoria, Pró-reitoria de planejamento e administração” (Nutricionista 1 - UFC).

“Foi a decisão da Reitoria. Da Reitoria e da Pró-Reitoria de Assuntos e Notícias” (Nutricionista 2 - UFC).

Nesses depoimentos, com relação à decisão de instauração da Bolsa Alimentação Emergencial, nota-se claramente que a decisão parte exclusivamente dos gestores das universidades, sendo que a reitoria parece ter tido um papel preponderante para o fechamento do consenso. Isso indica que uma lógica de estado parece ter predominado nesse processo, mas a preocupação em não deixar os “estudantes vulneráveis” em total desamparo caracteriza certa influência da lógica familiar, ou seja, houve uma combinação da lógica de estado com a lógica de família.

Salienta-se, ainda, que mesmo como estratégia utilizada para garantir a alimentação aos comensais dos RUs, ainda não foi suficiente para substituir as refeições que eram garantidas antes da pandemia, ou seja, que a SAN não foi garantida durante a pandemia.

“Para ganhar a bolsa, eles fazem uma seleção através da ficha cadastral de cada pessoa, fornecendo a renda familiar. E através dessa renda familiar que é colocada nesse cadastro, eles fazem uma análise e vai atendendo aquelas pessoas mais necessitadas” (Economista Doméstica – UFAC).

“A verba que seria destinada para o pagamento da empresa fornecedora das refeições do RU, foi utilizada para pagamento de auxílio alimentação emergencial, chips para internet dos alunos, valor para compra de tablet/ notebook para acessar aulas remotas” (Nutricionista 3 - UFC).

“Em parte, porque com o preço dos alimentos, a bolsa, o valor é bem inferior ao mercado, aos preços do momento. Com o valor da bolsa, não dá para a gente ter uma alimentação balanceada como necessita o nosso organismo, na quantidade de alimento e na variedade necessária” (Economista Doméstica - UFAC).

“Esse auxílio tinha um valor baixo. Muito provavelmente, ele não era disponibilizado só para compra de gêneros alimentícios, mas também para pagar outras despesas da casa. Além de que os valores dos alimentos, eles aumentaram durante a pandemia de forma muito exacerbada” (Acadêmico de nutrição 2 - UFAC).

“O valor era baixo. Pra ser bem sincera, com os valores que ficaram na época, para mim foi suficiente, porque é somente eu e minha irmã. Agora, quem tem uma família maior, ou mora sozinho, ou tem um gasto maior em relação à alimentação, com os preços, eu não sei como essas pessoas se viraram, multiplicaram esse valor” (Acadêmica de música - UFAC).

“A meu ver, o auxílio não foi suficiente. Ele contribui, mas ele não é suficiente. Então, isso já foi um esforço para toda a instituição. Mas a gente tem algumas histórias, alguns depoimentos, de que, muito embora eu, enquanto cidadã, eu acho que não era o suficiente, mas foi uma ajuda muito importante para os nossos alunos” (Diretora de Apoio à Formação Acadêmica - UFAC).

Aqui é possível apontar a insatisfação, ou seja, conflito entre lógica familiar e lógica de estado que, entretanto, foi resolvida pela prevalência da última, mas em contradição com os preceitos da SAN, ou seja, uma lógica de estado alterada.

Após o retorno às aulas presenciais, foi estabelecida uma nova medida pela Universidade Federal do Acre que permitiu a isenção aos alunos de baixa renda, com até um salário e meio *per capita*, disponibilizando gratuidade das três principais refeições servidas no Restaurante Universitário. No entanto, na Universidade do Ceará, houve críticas sobre a burocracia existente para acesso às refeições do RU daqueles comensais que não possuíam gratuidade.

“Pós pandemia quem já recebia a bolsa continuou recebendo bolsa e ainda ficou isento de pagar pelas refeições no RU” (Acadêmica de nutrição 1 - UFAC).

“Foi colocado o interventor e ele que fez muitas alterações em relação a essas coisas. Tipo, não existia esse negócio de R\$3,00. Antes era R\$1,10. Ele que colocou esse aumento. Começou a criar dificuldades para a permanência na faculdade” (Acadêmico de agronomia - UFC).

“O ideal seria que qualquer aluno que morasse na região metropolitana, independente de cadastro, tivesse esse acesso. Ou então todos os alunos da universidade, porque o café da manhã é muito importante. Às vezes a gente chega cedo, principalmente quem é integral, que tem que chegar muito cedo na faculdade. Acordamos em cima da hora, porque dormimos tarde estudando” (Acadêmico de agronomia - UFC).

Esses depoimentos a respeito da UFC apontam, novamente, insatisfação por parte dos estudantes, mas neste caso com relação às condições de acesso aos RUs, indicando um conflito da lógica de estado com a lógica familiar e a lógica da democracia, no qual a preocupação com a facilitação do acesso à alimentação para os mais necessitados foi deixada de lado em detrimento da manutenção dos serviços de alimentação, sem que fossem consideradas as necessidades e a realidade dos estudantes mais vulneráveis. Portanto, mais uma vez, há uma prevalência da lógica de estado com alterações.

Durante o período da pandemia, a UFC desenvolveu iniciativas para promover a educação nutricional entre os estudantes. Uma dessas atividades foi a transmissão de conteúdo educativo em plataformas *online*. Além disso, eles produziram livretos abordando temas relevantes, como os cuidados com a higienização dos alimentos no contexto da pandemia, além de desmistificar mitos e esclarecer verdades sobre alimentos e nutrição.

“A gente fez uma atividade de educação nutricional transmitida nessas plataformas. E a gente montou uma série de livretos, sabe? aí tinha um que tratava sobre essa parte do cuidado com a higienização dos alimentos no contexto da pandemia, mitos e verdades sobre alimentos e nutrição. Eu lembro que a gente fez algumas postagens sobre alimentação e covid no nosso Instagram institucional” (Nutricionista 1 - UFC).

“A gente fez pelo menos foram um ou dois encontros virtuais em parceria com a coordenação de assistência do estudante e o campus. Esses encontros virtuais para falar sobre alimentação em tempo de pandemia. Eu pedi para que eles mandassem dúvidas e fizemos um encontro bem legal, bem demorado, inclusive, respondendo essas dúvidas e dando algumas dicas também” (Nutricionista 2 - UFC).

Essas ações demonstram que a UFC tentou, ao menos, orientar a busca correta e, assim, não abandonar a SAN, indicando uma resposta à lógica de estado ao adotar medidas na tentativa de continuar proporcionando a SAN aos estudantes, e à lógica profissional dos nutricionistas, ao fornecer orientações corretas e baseadas em evidências científicas sobre alimentação e nutrição, ou seja, uma combinação entre as duas lógicas.

De acordo com relatos de um estudante da UFC, houve uma percepção de queda na qualidade do serviço oferecido pelo RU pós-pandemia. Embora reconheçam que é melhor ter o RU funcionando, ele expressou preocupação com a falta de atenção à qualidade por parte do reitor. Foi mencionado, ainda, que, o RU no *campus* sede não é tão adequado em termos de qualidade. Mesmo sendo o mesmo modelo de prestação de serviços (terceirização completa com fornecimento das refeições prontas nos RUs), há diferenças na organização e no serviço prestado quando se compara os RUs situados em diferentes *campi* da UFC.

“Na verdade, esse reitor não se preocupou nem com a qualidade. O RU, todo mundo diz que houve uma queda brusca da qualidade. Que antes era bem melhor. Mas é melhor do que nada” (Acadêmico de agronomia - UFC).

“Mas aquilo não é tão adequado como deveria. No sentido de qualidade. Principalmente no meu campus. Em outros campus, às vezes, é mais organizado. Apesar de ser a mesma empresa, tem essa diferença” (Acadêmico de agronomia - UFC).

“Mas, às vezes, falta o álcool em gel pra limpar as mãos, pra gente pegar e limpar essas coisas. Tipo, eles botam as coisas meio que jogadas. Não é uma coisa adequada pra colocar na bandeja. A gente não coloca num lugar adequado” (Acadêmico de agronomia- UFC).

“Eu vejo que a qualidade, às vezes, é muito ruim. A fruta, geralmente, as primeiras 30 pessoas que pegam a fruta. O resto, fica sem, sabe? Aí, só fica o docinho, né? E eles não repõem. Fora que lá começam a atender 11 horas. É fila até terminar, acho que 12 horas, o almoço. E aí, às vezes, a gente fica até lá fora. A fila começa a levar até lá pra fora, o pessoal no sol quente na fila” (Acadêmico de agronomia - UFC).

A percepção de queda na qualidade do serviço oferecido pelo RU após a pandemia sugere, novamente, um conflito entre lógica familiar e lógica de estado, no qual prevaleceu uma lógica de estado adaptada, sendo que a qualidade do serviço prestado pode ter sido ignorada para priorizar a busca pela redução de custos.

Durante a pandemia foram adotadas diferentes abordagens pelos RUs das universidades investigadas. Na UFAC, o RU foi completamente fechado durante todo o período pandêmico, enquanto na UFC, o serviço continuou em formato de quentinhas para alunos vulneráveis, mas depois foi limitado aos residentes no *campus*. Em ambos os casos, houve uma combinação de lógica de estado e lógica familiar na tomada de decisões, com o objetivo de equilibrar a saúde dos alunos e o apoio aos mais necessitados. No entanto, surgiram questões relacionadas ao acesso, qualidade e atendimento das necessidades dos estudantes mais vulneráveis, indicando conflitos entre lógica de estado, lógica familiar e lógica democrática.

Em resumo, a lógica de estado, combinada com elementos da lógica familiar, prevaleceu na maioria das decisões relacionadas ao funcionamento dos RUs durante a pandemia.

– Atores influentes na implementação da SAN

Observou-se através dos depoimentos que os entrevistados não sabem com precisão quem são os principais atores envolvidos na discussão a respeito da definição da SAN no RU.

No entanto, relataram que o nutricionista tem sido o principal coordenador em decisões técnicas relacionadas à implementação da segurança alimentar e nutricional, atuando, principalmente, na elaboração de documentos técnicos e na construção de todos os processos para a viabilização da aquisição dos alimentos.

“As pessoas da linha de frente são os nutricionistas. Porque tudo aqui eles estão no topo da pirâmide aqui. Eles é que decidem os pedidos de compra. Tudo é por eles. E a gente só faz seguir a determinação deles” (Economista Doméstica - UFAC).

“A gente tem toda uma hierarquia estabelecida em relação à equipe de nutrição. Nós temos os nutricionistas que ficam em cada refeitório e a gente tem uma nutricionista que é a diretora de nutrição e alimentação” (Nutricionista 1 - UFC).

No que se refere a decisões mais administrativas e orçamentárias, os principais atores influentes são formados por meio de uma cadeia estruturada pelo Reitor, Pró-reitor, Diretor de Assuntos Estudantis, Coordenação do RU e Nutricionistas. Todas as decisões sempre estão pautadas em documentos e orientações nutricionais já existentes.

“Temos um elo. Quando são questões de natureza de segurança alimentar, a decisão vem do que os nutricionistas definem. Se as questões forem orçamentárias o poder mais decisório fica com o Pró-reitor. Se for sobre assuntos estudantis fica com nutricionista e a diretora da pasta” (Técnica em Assuntos Educacionais - UFAC).

“Na fase da licitação, como as Pró-Reitorias, Divisões de Gestão de Contratos, De Alocação Orçamentária, Assessoria Geral, Contabilidade. Destacando que a Reitoria e Pró-Reitoria têm maior influência” (Nutricionista 3 - UFC).

“Então, quando vai acontecer esses processos licitatórios, ela juntamente com o administrador, que é o coordenador do restaurante, eles ficam à frente dessa parte mais burocrática, essas questões documentais” (Nutricionista 1 - UFC).

A respeito das decisões tomadas durante o período pandêmico, além dos atores supracitados, foram incluídos o Comitê Covid e a participação do Diretório Central dos Estudantes (DCE), levando sempre em consideração a SAN no cenário do período pandêmico e o acesso principal a estudantes em posição de vulnerabilidades socioeconômicas. Os alunos relataram que eles mesmos não tiveram influência a respeito disso. No entanto, o DCE cumpre essa representatividade no contexto das tomadas de decisões.

“Não posso te dizer qual ator mais influente, mas eu creio que dava muito crédito à comissão. Grupo que formado de médicos, médicos especializados em doenças pandêmicas” (Técnica em Assuntos Educacionais - UFAC).

“Eu acredito que o Diretório Central dos Estudantes deve ter participado da decisão e os alunos aceitaram a decisão, porque quando algo não é bem aceito pelos acadêmicos, rapidamente a gente tem conhecimento” (Nutricionista - UFAC).

“A gente não pode opinar. eu particularmente não tive essa oportunidade. Como a gente falou, foram decisões superiores, decisões de gestão, decisões de leis. Então assim, a gente não tinha essa capacidade de opinar. Porém, sabe-se que era um momento emergencial” (Acadêmico de nutrição 2 - UFAC).

“Então, no fim das contas, quem vai bater o martelo é a alta cúpula da universidade, mas na medida do possível se respeitando, todas as nossas contribuições técnicas, o nosso saber técnico mesmo” (Nutricionista 1 - UFC).

“No caso da questão da acadêmica do DCE, eles informaram que o RU ia ser fechado, né, pra questão de contenção da contaminação e também das reuniões dos cursos” (Acadêmica de música - UFAC).

“Os colegas foram ouvidos, teve aí uma acho que tiveram conversa com o Diretório Central dos Estudantes e foi esse Diretório Central dos Estudantes que representou esses alunos na hora da tomada de decisão” (Acadêmica de nutrição 3 - UFAC).

“Eu não sei se eu vou conseguir abarcar todo mundo, porque foram muitas pessoas. A gestão superior, a pró -reitoria de assuntos estudantis, a pró -reitoria de graduação, a diretoria de desenvolvimento estudantil, o conselho universitário, os alunos. mas a diretoria de apoio estudantil também, que é a diretoria do RU. Eu sei que todos esses agentes institucionais participaram desse debate” (Diretora de Apoio à Formação Acadêmica - UFAC).

“Foi feito consultoria jurídica, porque por se tratar de recurso público, a gente consultou assessoria jurídica. Foi todo um trâmite para a gente ter uma segurança jurídica para poder fazer esse repasse a esses alunos” (Diretora de Apoio à Formação Acadêmica - UFAC).

Os depoimentos anteriores mostram grande contradição quanto à participação dos acadêmicos, sugerindo uma tentativa de a lógica familiar influir nas decisões.

Tem-se então, na adoção do Auxílio Emergencial, a influência decisiva das orientações do corpo diretor das universidades mais as dos profissionais da saúde no sentido de fechar os RUs, o que configura uma combinação de lógica de estado e profissional. No entanto, os exemplos das refeições aos mais despossuídos e as orientações aos demais usuários sobre como buscar alimentação segura durante a pandemia denotam um esforço por parte de nutricionistas, ou seja, uma lógica profissional buscando orientar os usuários. Por fim, há depoimentos no sentido da tentativa de mostrar que os valores distribuídos eram insuficientes para a SAN, apontando para a predominância de lógica familiar, na qual os usuários são prejudicados com essa solução.

Portanto, os restaurantes universitários das universidades investigadas atuam de diversas maneiras para promover a segurança alimentar dos estudantes. Visando dar sustentabilidade aos seus estudantes durante todo o período de formação, agem conforme a lógica de estado, ora em congruência com as lógicas profissionais dos nutricionistas e com a lógica democrática, ora em conflito com a lógica da família.

5 DISCUSSÃO

As pesquisas institucionais caracterizam um ambiente complexo pelo número de lógicas institucionais e o grau de incompatibilidade entre elas (GREENWOOD *et al.*, 2011) e, assim, evidenciam que a convivência de várias lógicas implica em interações colaborativas entre elas, que por sua vez facilitam a introdução de novas demandas. De outro modo, tais interações também envolvem conflitos entre as lógicas existentes, o que torna mais difícil a implementação de novas práticas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; GREENWOOD *et al.*, 2011).

Essa interação, refere-se à coexistência das lógicas institucionais, situação em que diferentes lógicas coabitam dentro de uma mesma organização ou campo, onde as organizações podem adotar práticas, normas e valores de lógicas institucionais divergentes, muitas vezes sem uma coerência entre elas, ditadas pelos interesses variados de diferentes atores (PACHE; SANTOS, 2013).

É durante essas interações que as lógicas coexistentes podem se chocar e dar origem a uma nova lógica híbrida (REAY; HININGS, 2009). O hibridismo, ou hibridização, ocorre quando diferentes lógicas institucionais se encontram e se misturam, resultando em uma combinação única de elementos de diferentes tradições (PACHE; SANTOS, 2013; THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012), para que os indivíduos possam gerenciar os conflitos existentes ao longo do tempo, em especial quando a situação não permite uma coadunação entre as lógicas (REAY; JASKIEWICZ; HININGS, 2015).

A multiplicidade de lógicas do campo da alimentação universitária é expressa pelos pontos de vista dos entrevistados e nos documentos pesquisados. As lógicas institucionais que atuam para o alcance da segurança alimentar nos RUs envolvem políticas comprometidas com a alimentação saudável de qualidade. A adoção de ações para o acesso e disponibilidade de alimentos de qualidade, e em quantidade suficiente, no contexto universitário durante a pandemia foi um dos tópicos mais discutidos entre os entrevistados.

No que se refere à percepção de SAN e seus pilares – como a acessibilidade e a disponibilidade de alimentos de qualidade em quantidade suficiente –, pelos entrevistados, constatou-se que, majoritariamente, tinham a plena noção desse conceito, principalmente os nutricionistas e acadêmicos de nutrição de ambas universidades. Intrínseca nesse conceito, destaca-se a lógica da democracia, que influencia os atores (gestores) a buscarem alternativas para igualar as condições de acesso dos estudantes mais vulneráveis a uma alimentação de qualidade. Segundo March e Olsen (1976), a democracia é uma lógica institucional que valoriza a igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, associando-se à busca por

direitos alimentares e inclusão na SAN. Concomitantemente, a lógica de estado atua estabelecendo os padrões e regulando as regras de como acontecerá a aquisição dos alimentos e como será o acesso dos mais necessitados a esses alimentos. Powell e DiMaggio (1991) discutem a importância das instituições estatais na regulação e no estabelecimento de padrões e diretrizes para diferentes setores da sociedade para garantir o cumprimento das políticas públicas, bem como promover o bem-estar dos cidadãos.

Ainda no que tange à percepção de SAN, para que as prescrições das lógicas de estado se materializem no campo da alimentação universitária, é necessária a atuação de profissionais detentores de conhecimento específico na área, principalmente o nutricionista, de acordo com as falas dos entrevistados, pois são responsáveis por garantir a segurança alimentar e nutricional na “linha de frente” do processo prático. Thornton (2002) destaca a importância das profissões e suas práticas especializadas na conformação das instituições. Nesse contexto, a lógica profissional se evidencia com a necessidade de se estabelecer critérios técnicos indispensáveis ao balanceamento nutricional das refeições, ao manejo adequado dos alimentos, a fim de fornecer um alimento seguro do ponto de vista microbiológico e preservando as propriedades nutricionais. Assim, a lógica profissional se harmoniza à lógica de estado, com características simbióticas, dada a evidente interligação que uma tem com a outra para que o processo aconteça. Por fim, a influência da lógica da família na percepção de SAN não ficou evidente nas falas dos entrevistados, mas, foi considerada nesse contexto, pois suas prescrições estão inseridas de modo implícito na construção do conceito da SAN, no qual a segurança alimentar e nutricional está associada à preservação das tradições culturais e costumes familiares, como foi discutida à luz de autores como Friedland e Alford (1991), que enfatizam a importância das unidades sociais, como a família, na construção de lógicas institucionais.

Nesse contexto, as lógicas institucionais da democracia, de estado, de profissão e familiar caracterizam uma relação de coexistência, dada a interação com aspectos simbióticos entre elas, não sendo possível identificar qual prevaleceu. Os atores ou organizações são, frequentemente, influenciadas por múltiplas lógicas que coexistem e interagem entre si em determinado campo (THORNTON; OCASIO, 2008). As organizações são arenas na qual diferentes lógicas, como a lógica da democracia e a lógica do mercado, interagem e se entrelaçam (MARCH; OLSEN, 1976).

Com relação à implementação da SAN em períodos normais (antes da pandemia), as universidades tinham como principal ação o fornecimento das três principais refeições (café da manhã, almoço e jantar) por meio dos RUs, que cumpriam a função de nutrir e de garantir aos universitários condições necessárias para a sua formação. Nesse cenário da prática

propriamente dita, a partir dos depoimentos a respeito da importância da atuação do nutricionista nesse campo, notou-se a influência da lógica da profissão para que a SAN fosse materializada nas universidades. Evidência disso é que foi conferido aos nutricionistas um papel de destaque nas tomadas de decisões, desde a elaboração de todos os processos para o funcionamento dos RUs (no âmbito burocrático), como também no ambiente de produção (no âmbito prático), visando garantir que a produção e o fornecimento das refeições acontecessem de forma segura, livre de contaminações e com conteúdo nutricional adequado. Para isso, dentre várias ações necessárias, destacaram-se a elaboração e o monitoramento dos Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) que norteiam todo o processo de preparo dos alimentos, e a elaboração dos cardápios que estabelece o conteúdo e equilíbrio nutricional das refeições. Powell e DiMaggio (1991) defendem que há uma tendência das organizações em adotar práticas e estruturas similares em resposta a pressões institucionais externas, pois as normas e expectativas profissionais direcionam ações e decisões em conformidade com as práticas estabelecidas na área.

A questão orçamentária foi relatada apenas por alguns servidores das universidades, não sendo mencionada por nenhum estudante, levando a entender que esses últimos não têm a consciência de que esse fator é imprescindível no processo de implementação da SAN nas universidades, além do fator técnico. A orçamentação permite o planejamento financeiro e está intimamente ligada à sustentabilidade econômica (BROWN, 2003), ou seja, sem considerar a questão orçamentária não há condições de funcionamento de nenhum setor. Logo, por se tratar de um setor público, todo e qualquer tipo de decisão que envolve orçamento é pauta administrativa já prevista em lei. Além do mais, a SAN é entendida como uma estratégia para garantir a todos o Direito Humano à Alimentação Adequada e se constitui como obrigação do Estado e da sociedade dispor de todos os instrumentos necessários para alcançar esse direito (VALENTE, 2002). Tal cenário indica a ação das lógicas de estado capitaneadas pelo governo federal e pelos gestores dentro das universidades.

A atuação dos fornecedores, principalmente com relação ao fornecimento de alimentos para as universidades, denota a lógica de mercado influenciando a implementação da SAN nas universidades não só de forma positiva, mas negativamente também, uma vez que alguns fornecedores se utilizam da prática corriqueira de vencer licitações com preços muito baixos e não cumprir com o fornecimento dos produtos de maneira adequada. Nesse caso, a lógica de mercado entra em conflito com os interesses das universidades, ou seja, a lógica de mercado conflita com a lógica de estado.

Portanto, no período pré-pandêmico, não há uma lógica que prevalece de maneira clara para a implementação da SAN nos Rus; em vez disso, entende-se que há uma interação e, por vezes, o conflito entre as lógicas de mercado e as de estado, caracterizando assim a coexistência entre as lógicas de maneira complexa e, às vezes, conflitante. Isso acontece quando diferentes atores organizacionais têm perspectivas e interesses variados, quando as organizações operam em contextos institucionais heterogêneos ou quando há pressões conflitantes de diversos stakeholders (PACHE; SANTOS, 2013).

A gestão dos Rus, durante a pandemia, envolveu elementos específicos de diversas lógicas, como a profissional, de estado, da democracia e da família. Cada uma desempenhou um papel importante na tomada de decisões e na busca por soluções para garantir a segurança alimentar e o bem-estar dos comensais com o fechamento dos RUs.

No início da pandemia, a Bolsa Alimentação Emergencial foi um dos procedimentos adotados para assegurar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados no curso de graduação, e que faziam uso frequente do restaurante universitário (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, 2021). Com a diminuição das restrições ao longo da pandemia, e na busca de um acesso mais justo àqueles em estado de vulnerabilidade socioeconômica para o equilíbrio do bem-estar, foi mantida a bolsa e concomitantemente, instaurada a isenção integral das refeições nos RUs, assegurando a SAN e a sustentabilidade dos estudantes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, 2022).

Durante o período pandêmico, a segurança alimentar para os estudantes ficou mais prejudicada, pois, na UFAC, o RU foi completamente fechado enquanto, na UFC, o serviço continuou em formato de quentinhas para alunos vulneráveis, sendo depois limitado aos residentes no *campus*. Mesmo com o fornecimento da Bolsa Alimentação Emergencial em ambas universidades, os depoimentos foram unânimes em dizer que o valor desse auxílio foi insuficiente para se ter uma segurança alimentar de fato. Isso indicou que houve uma combinação de lógica de estado e lógica familiar na tomada de decisões, com o objetivo de equilibrar a saúde dos alunos e o apoio aos mais necessitados. No entanto, surgiram questões relacionadas ao acesso, qualidade e atendimento das necessidades dos estudantes mais vulneráveis, indicando conflitos entre lógica de estado, lógica familiar e lógica democrática.

Ainda durante a pandemia, com relação à decisão de instauração da Bolsa Alimentação Emergencial, notou-se claramente a decisão partindo exclusivamente dos gestores das universidades, sendo que a reitoria parece ter tido um peso maior na decisão. Isso indica que a reitoria, como parte da universidade, está fortemente influenciada pela lógica de estado e tomou decisões de acordo com as normas e valores associados a ela (THORNTON; OCASIO, 2008).

A falta de divergência sugere que os gestores agiram dentro dos limites estabelecidos por essa lógica institucional. Mas, embora os depoimentos não mencionem vozes discordantes, observaram-se elementos característicos da lógica familiar como, por exemplo, a preocupação em não deixar totalmente desamparados os “estudantes vulneráveis”. Ademais, é possível que outras lógicas também tenham atuado no contexto e não tenham sido mencionadas, podendo ter influenciado sutilmente o processo decisório. Assim sendo, há indicação que uma combinação de lógica de estado com uma lógica familiar parece ter predominado nesse processo, caracterizando a coexistência das lógicas. Assim corroboram Thornton e Ocasio (2008), indicando que os gestores são influenciados pelas prescrições de diferentes lógicas institucionais quando da busca de soluções consistentes para mitigar as ameaças à legitimidade organizacional.

Em suma, durante a pandemia, a lógica de estado esteve presente na maioria das decisões relacionadas ao funcionamento dos RUs, combinada com elementos da lógica familiar em determinados momentos. Assim, considera-se que essas duas lógicas foram as mais influentes durante a pandemia, configurando coexistência das lógicas institucionais. A coexistência entre essas lógicas reflete a complexidade das decisões tomadas durante a pandemia nos RUs, em que se buscou equilibrar as demandas do governo com as particularidades das comunidades acadêmicas, garantindo, ao mesmo tempo, a segurança sanitária e a alimentação aos usuários dos restaurantes universitários. Isso é reforçado por Pache e Santos (2013), quando afirmam que numa situação de coexistência as organizações podem adotar práticas e valores de lógicas institucionais distintas, e até divergentes, para uma resposta às reivindicações demandantes.

Os entrevistados não apresentaram conhecimento preciso sobre os principais atores envolvidos na definição da SAN. Embora os atores estejam cada vez mais expostos a uma multiplicidade de exigências e pressões impostas pelo seu ambiente, nem todas as organizações experimentam a complexidade institucional com o mesmo grau, tampouco obtêm sucesso na gestão da complexidade. Essa gestão permite que as organizações moldem respostas estratégicas que favoreçam a organização e levem a respostas de sucesso a uma situação de complexidade institucional em um determinado campo (GREENWOOD *et al.*, 2011).

Observou-se que os nutricionistas desempenham um papel central nas decisões técnicas relacionadas à implementação da SAN nos RUs, elaborando documentos técnicos e conduzindo os processos de aquisição de alimentos ou contratação de serviços, sob a lógica profissional. As decisões para adoção da Bolsa Alimentação foram definidas por uma cadeia hierárquica na qual o Reitor e Pró-reitor de Assuntos Estudantis parecem ter tido maior poder de decisão. Isso é

corroborado por Greenwood *et al.* (2011), quando sugerem que alguns atores se organizam em grupos e tornam-se mais poderosos do que outros dentro do campo. Como resultado, as respostas organizacionais decorrentes das várias lógicas institucionais são suscetíveis de serem reflexivas do grupo mais influente, que provavelmente determinará as respostas organizacionais resultantes das múltiplas lógicas, pois refletem seus interesses. Em outras palavras, a valorização e reconhecimento de lógicas, assim como a escolha de qual lógica deve ser priorizada e de como fazê-lo, serão ditadas pelos atores que detêm o poder.

No caso dos restaurantes universitários, é possível identificar a adoção de lógicas específicas por diferentes atores ou departamentos relacionadas ao tempo. Embora as decisões finais tenham sido as mesmas, o processo para a tomada dessas decisões apresentou variações em conformidade com as circunstâncias particulares de cada universidade. Essa coexistência das lógicas pode ser atribuída às perspectivas e interesses variados dos atores organizacionais, às pressões conflitantes de diferentes partes interessadas e aos contextos institucionais heterogêneos. Conforme Pache e Santos (2010), as organizações adotam estratégias, mesmo que parciais, decorrentes da identificação de múltiplas lógicas no campo. As respostas organizacionais, mediante a priorização de lógicas, serão estabelecidas de acordo com o poder de cada lógica. Portanto, quando há apenas uma lógica representada, essa prevalece nas decisões e comportamentos organizacionais, já quando existem lógicas múltiplas, o resultado dependerá da distribuição de poder dentro do campo.

Em suma, a teoria das lógicas institucionais nos permite compreender a complexidade envolvida na garantia da segurança alimentar nos restaurantes universitários. A articulação entre a lógica de estado, a lógica profissional dos nutricionistas, a de mercado dos fornecedores, a da democracia e a de família, é fundamental para assegurar uma alimentação adequada e saudável aos estudantes, considerando a eficiência na gestão dos recursos financeiros e o cumprimento das normas sanitárias. Dessa forma, o Estado desempenha um papel essencial na coordenação e implementação de políticas públicas que promovam a segurança alimentar nos restaurantes universitários, atendendo às demandas da sociedade.

6 CONCLUSÃO/CONTRIBUIÇÃO

Em conclusão, a dissertação teve como objetivo identificar e analisar as lógicas institucionais presentes no campo da alimentação universitária em duas universidades, mais especialmente com a incidência da pandemia da COVID-19. Os resultados da pesquisa apontaram que a segurança alimentar e nutricional nos Restaurantes Universitários foi amplamente abordada durante as entrevistas. Ficou evidente que os Restaurantes Universitários desempenham um papel primordial ao fornecer refeições que não apenas nutrem, mas também possibilitam aos estudantes permanecerem no *campus* com as condições necessárias.

Ao analisar as diferentes lógicas institucionais presentes no objeto do estudo, verificou-se que a lógica profissional destacou a importância do conhecimento e *expertise* dos profissionais envolvidos, enquanto a lógica de estado apresentou influência determinante nas decisões tomadas nas universidades antes e durante a pandemia, a lógica de mercado destacou o nível de influência que as pressões de mercado exercem dentro das universidades e a lógica da democracia enfatizou a participação equânime dos estudantes, sendo representada pelo Diretório Central de Estudantes (DCE) e com forte influência do Conselho Universitário.

Durante a pandemia, foram adotadas medidas como o auxílio alimentação emergencial e a isenção integral das refeições nos restaurantes universitários para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para mitigar os impactos gerados pela pandemia.

A análise das lógicas institucionais revelou a ocorrência de coexistência entre elas nos diferentes cenários (antes e durante a pandemia) investigados. Esse fenômeno caracterizou-se pela presença de diferentes lógicas adotadas nos processos decisórios, porém sem uma completa integração ou coerência entre elas.

Segundo os relatos dos entrevistados, os atores mais influentes na gestão das universidades para o funcionamento dos restaurantes e, conseqüentemente, para o alcance da SAN, foram os reitores, nutricionistas e fornecedores. Para a decisão de fechamento dos RUs os reitores e os profissionais da saúde foram os mais influentes. Para a definição do auxílio emergencial, os atores mais influentes foram os Reitores e Pró-reitores de Assuntos Estudantis. Não foram considerados outros atores importantes no processo, como os prestadores de serviço, as entidades fiscalizadoras, o Conselho Federal de Nutrição (CFN) e os próprios estudantes.

A contribuição teórica deste trabalho reside na compreensão da dinâmica das diferentes lógicas institucionais no contexto da segurança alimentar e nutricional nos restaurantes universitários, identificando suas influências e, especialmente, destacando a importância de promover práticas alimentares saudáveis e acessíveis para os comensais no período pandêmico

da COVID-19. O estudo demonstrou consistência nos elementos teórico-empíricos, abrindo espaço para a realização de estudos multicasos e aplicados diretamente com alunos das instituições e de diferentes cursos, possibilitando a comparação de dados e a obtenção de novas conclusões.

As recomendações para estudos futuros incluem também, aprofundar a análise das interações entre as diferentes lógicas, investigar a percepção dos estudantes sobre a qualidade alimentar oferecida, aprimorar as práticas de gestão e controle de qualidade e, principalmente, focar nos fatores que dificultam a implementação da SAN nesse cenário. Ainda, é importante identificar os pontos críticos que surgem durante períodos de emergência, em que não é possível prever e nem traçar estratégias em tempo hábil, para que essa elucidação possa abrir horizontes com o intuito de estimular ideias que facilitem tomadas de decisões futuras em situações semelhantes, ou até mesmo, que permita a elaboração de ações mais eficazes e céleres de contingência com protocolos pré-estabelecidos.

Em relação às barreiras desta pesquisa, houve dificuldade de ter acesso aos respondentes de cada universidade, sobretudo da UFC, em razão da distância física. Outro obstáculo foi a pouca literatura sobre o tema (lógicas institucionais e segurança alimentar) em questão, principalmente no campo da alimentação universitária.

Em suma, a dissertação alcançou seu objetivo proposto. No entanto, definir os limites de uma pesquisa envolve estabelecer parâmetros e restrições para a investigação, podendo ser delimitada em relação a diferentes aspectos, como o tema e a extensão. Apesar dos esforços em garantir rigor nas análises e procedimentos deste estudo, é importante mencionar algumas limitações que devem ser consideradas. A primeira limitação está relacionada à abordagem teórica adotada, a qual restringiu-se a assuntos específicos relacionados aos processos ocorridos em duas universidades, sob a perspectiva das ações adotadas como prática social, em resposta ao sistema complexo de lógicas institucionais. Dessa forma, os resultados encontrados podem não ser generalizáveis para outros contextos ou temas de pesquisa relacionados, principalmente considerando a influência do tipo de gestão vigente.

A segunda limitação refere-se à abrangência metodológica, uma vez que a investigação se concentrou em práticas estratégicas em um momento histórico específico e com recursos específicos de cada universidade. Portanto, os resultados obtidos podem não representar todas as práticas estratégicas ou outras instituições. No entanto, apesar dessas limitações, os resultados encontrados podem servir como fonte de inspiração para contextos, instituições e organizações diferentes, bem como para a explicação de fenômenos semelhantes.

O presente estudo também apresenta aspectos que podem ser explorados na área da administração, tais como o desenvolvimento de estratégias para ações de contingência em períodos de crise em restaurantes públicos, como uma forma de solução eficaz de gestão. Deste modo, existe um vasto campo para ser explorado pela academia. Neste aspecto, o enfoque do estudo em questão ainda é incipiente, o qual permitiu, através do conteúdo institucionalista, analisar as complexidades que envolvem as lógicas que mais se destacam no campo da alimentação universitária nas universidades públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOLAFIA, Mitchel Y.; BIGGART, Nicole W. **Competition and Markets: An Institutional Perspective**. In: *Socio-economics: Toward a New Synthesis*, 2016.

ALFORD, Robert R.; FRIEDLAND, Roger. **Powers of theory: Capitalism, the state, and democracy**. Cambridge University Press, 1985.

ARNDT, Margarete; BIGELOW, Barbara. Toward the creation of an institutional logic for the management of hospitals: efficiency in the early nineteen hundreds. **Medical care research and review**, v. 63, n. 3, p. 369-394, 2006.

BARBOSA, A. Microrganismos associados às doenças transmitidas por alimentos (DTA'S), impactos da saúde do manipulador de alimentos. **Rev. Saúde em Foco**, n. 11, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, n. 1, p. 223, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BATTILANA, Julie; DORADO, Silvia. Building Sustainable Hybrid Organizations: The Case of Commercial Microfinance Organizations. **Academy of Management Journal**, v. 53, n. 6, p. 1419–1440, 2010.

BAUER, Martin W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão clássica**. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BERTELS, Stephanie; LAWRENCE, Thomas B. Organizational responses to institutional complexity stemming from emerging logics: The role of individuals. In: **Strategic Organization, Special Is**, v. 14, p. 1–37, 2016.

BONFIM, L. R. C.; ABIB, G.; GONÇALVES, S. A. Lógicas institucionais no estudo da estratégia como prática: Uma proposta de relação entre o conceito e a abordagem. In: **Anais do 8th Iberoamerican Academy Conference**, v. 8, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 set. 2006.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Diário Oficial da União. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em: 21 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. **5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Junho; 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/caisan-mds/5-a-conferencia>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Instrução Normativa nº 05**, de 26 de maio de 2017. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-5-de-26-de-maio-de-2017-123132012. Acesso em: 21 ago. 2022.

BROWN, Douglas Robert. **The restaurant manager's handbook**: How to set up, operate, and manage a financially successful food service operation. Atlantic Publishing Company, 2003.

CARAN, D. F. L. F. **A terceirização de serviço de alimentação coletiva em instituições federais de ensino superior**: estudo de caso em restaurante universitário. 2018. 250 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo. São Mateus, ES, 2018.

CLOUTIER, C.; LANGLEY, A. The Logic of Institutional Logics: Insights From French Pragmatist Sociology. **Journal of Management Inquiry**, v. 22, n. 4, p. 360–380, 2013.

COLOSSI, N.; CONSENTINO, A.; QUEIROZ, E. G. de. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista FAE Business School**, v. 4, n. 1, p. 49-58, 2001.

COOPER, Donald R; SCHINDLER, Pamela. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, p. 423, 2011.

COSTA, Nilson do Rosário. Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social. *In: Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social*. 1998. p. 173-173.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Penso Editora, 2021.

DE BOECK, Elien *et al.* Towards an extended food safety culture model: Studying the moderating role of burnout and jobstress, the mediating role of food safety knowledge and motivation in the relation between food safety climate and food safety behavior. **Trends in Food Science & Technology**, v. 62, p. 202-214, 2017.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. A construção do saber. **Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**, v. 1, 1999.

FAULCONBRIDGE, James R.; MUZIO, Daniel. Global Professional Service Firms and the Challenge of Institutional Complexity: “Field Relocation” as a Response Strategy. **Journal of Management Studies**, v. 53, n. 1, p. 89–124, 2016.

FONSECA, Fernando. **Alocação de atenção estratégica**: um estudo de múltiplos casos. 2017. 219f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FRIEDLAND, Roger *et al.* The institutional logics of love: Measuring intimate life. **Theory and Society**, v. 43, n. 3-4, p. 333-370, 2014.

FRIEDLAND, Roger; ALFORD, Robert R. Bringing Society Back: Symbols, Practices and Institutional Contradictions. *In*: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: University of Chicago Press, Cap. 10. p. 232-263, 1991.

GARANTIR o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar! Recomendações CFN no Combate a Fome na Pandemia. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-SAN-e-Combate-a-fome-em-tempos-de-Coronav%C3%ADrus-correto.pdf-2.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLYNN, Mary A.; BARR, Pamela S.; DACIN, M. T. Pluralism and the problem of variety. **Academy of Management Review**, v. 25, n. 4, p. 726–734, 2000.

GODOI, Christiane Kleinübing; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. *In*: **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, p. 301-323, 2006.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOODRICK, Elizabeth; REAY, Trish. Constellations of institutional logics: Changes in the professional work of pharmacists. **Work and Occupations**, v. 38, n. 3, p. 372-416, 2011.

GREENWOOD, Royston; RAYNARD, Mia; KODEIH, Fara; MICELOTTA, Evelyn R; LOUNSBURY, Michael. Institutional complexity and organizational responses. **Academy of Management Annals**, v. 5, n. 1, p. 317–371, 2011.

GUARIDO FILHO, Edson R; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L. The development of institutional theory in the field of organization studies in Brazil. **Cadernos Ebape**, v. 8, n. 2, p. 278-301, 2010.

HAMMOUDI, Abdelhakim; MEZIANI, Lamia; RADJEF, Mohammed Said. Mise à niveau logistique, concurrence et sécurité des aliments en Méditerranée: approche théorique et enseignements économiques. **New Medit: Mediterranean Journal of Economics, Agriculture and Environment= Revue Méditerranéenne d'Economie Agriculture et Environment**, v. 15, n. 4, p. 42, 2016.

HODDINOTT, John. **Technical guides for operationalizing household food security in development projects**. Washington: International Food Policy Research Institute, 1999.

HOEWELL, G.; RODRIGUES, M. **Geografia da Fome: 75 anos depois**. Da fome a fome, diálogos com Josué de Castro. São Paulo, 2021. Disponível em: <http://geografiadafome.fsp.usp.br/geografia-da-fome-75-anos/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JOHNSON, Benjamin T. Breaking Through: Understanding Sovereignty and security in the circumpolar Arctic. Calgary: Arctic Institute of North America, **Arctic**, v. 74, n. 4, p. 561-562, 2021.

KRAATZ, Matthew S; BLOCK, Emily S. Organizational Implications of Institutional Pluralism. **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**, Sage, n. 1, p. 243 – 275, 2008.

LAPSLEY, Irvine; WRIGHT, Elisa. The diffusion of management accounting innovations in the public sector: a research agenda. **Management accounting research**, v. 15, n. 3, p. 355-374, 2004.

LAUX, R. O; PERTSCHY, G. L. Gestão Universitária ou “Gestação” Universitária? Desafios Pendentes. In: XIV Colóquio Internacional de gestão universitária – CIGU, 4., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

LEAL, Arthur *et al.* Exploring Florida residents’ food safety knowledge and behaviors: A generational comparison. **Food Control**, v. 73, p. 1195-1202, 2017.

LEE, Paul M-D.; LOUNSBURY, M. Filtering Institutional Logics: Community Logic Variation and Differential Responses to the Institutional Complexity of Toxic Waste. **Organization Science**, v. 26, n. 3, p. 847–866, 2015.

LOUNSBURY, Michael. Institutional rationality and practice variation: New directions in the institutional analysis of practice. **Accounting, organizations and society**, v. 33, n. 4-5, p. 349-361, 2008.

LUU, Hong Phuc; TRAN, Thi Tuyet Hanh; TRUONG, Thi Xuan. Factors affecting consumers’ food safety behavior in Vietnam. **Food Control**, v. 143, p. 109294, 2023.

MAGRO, Dalva; DE SOUZA PINTO, Marli Dias. Os efeitos da nova gestão pública na produção de conhecimento científico. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 2, n. 2, p. 78-89, 2012.

MANNING, C. D.; RAGHAVAN, P.; SCHÜTZE, H. Introduction to Information Retrieval. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2008.

MARCH, James G; OLSEN, Johan P. Ambiguity and Choice in Organizations. **American Political Science Review**, v. 72, n. 3, p. 1033 – 1035, 1976.

MARTINS, G. de A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MÄTTÖ, Toni; SIPPOLA, Kari. Cost management in the public sector: Legitimation behaviour and relevant decision making. **Financial Accountability & Management**, v. 32, n. 2, p. 179-201, 2016.

MAXWELL, Scott; FRANKERNBERGER, Timothy R. **Household Food Security: Concepts, Indicators, Measurements**. Technical Review. New York: Unicef, 1992.

MCPHERSON, Chad M.; SAUDER, Michael. Logics in Action: Managing Institutional Complexity in a Drug. **Administrative Science Quarterly**, v. 58, n. 2, p. 165–196, 2013.

MERCADO, Geovana; HJORTSØ, Carsten Nico; HONIG, Benson. Decoupling from international food safety standards: how small-scale indigenous farmers cope with conflicting institutions to ensure market participation. **Agriculture and Human Values**, v. 35, p. 651-669, 2018.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. O estado da arte da gestão pública. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 1, p. 82-90, 2013.

NORTH, Douglass C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97 -112, 1991.

OCASIO, William. The Enactment of Economic Adversity: A Reconciliation of Theories of Failure-Induced Change and Threat-Rigidity. **Research in Organizational Behavior**, n. 17, p. 287–331, 1995.

OCASIO, William. Toward an AttentionBased View of the Firm. **Strategic Management Journal**, n. 18, p. 187–206, 1997.

OLIVEIRA, R. C. R.; CARVALHO F., J. dos S. **Licitações e contratos administrativos: teoria e prática**. 7. ed. São Paulo: Método, 2018. 480 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe**. Santiago: Organización, 2019. Disponível em: <http://www.onu.org.mx/publicaciones/panorama-de-la-seguridad-alimentaria-y-nutricional-en-america-latina-y-el-caribe-2019/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/189062-número-de-pessoas-afetadas-pela-fome-sobe-para-828-milhões-em-2021>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PACHE, Anne-Claire; SANTOS, Felipe. Inside the Hybrid Organization: Selective Coupling as a Response to Competing Institutional Logics. **The Academy of Management Journal**, v. 56, n. 4, p. 972–1001, 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43589202>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PACHE, Anne-Claire; SANTOS, Filipe. When worlds collide: The internal dynamics of organizational responses to conflicting institutional demands. **Academy of management review**, v. 35, n. 3, p. 455-476, 2010.

PETER, M. DA G. A; PESSOA, M. N. M; PINHO, R. C. DE S; PETER, F. A. **Sistema de apuração de custos das universidades federais brasileiras: uma análise crítica**, 2003.

Disponível em:

<http://porteiros.s.unipampa.edu.br/cpecg/files/2011/08/sistemaapura%C3%A7%C3%A3o-de-custos-nas-ifes.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. **Decreto nº 7.234/2010**. Brasília: PNAES, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 22 fev. 2022.

POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. Cap. 10. p. 232-263.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **PNUD faz Lançamento Nacional do Relatório de Desenvolvimento Humano 2020**. Brasil: PNUD, 2020. Disponível em:

<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/pnud-faz-lancamento-nacional-do-relatorio-de-desenvolvimento-hum.html>. Acesso em: 28 jul. 2022.

QUATTRONE, P. Governing Social Orders, Unfolding Rationality, and Jesuit Accounting Practices: A Procedural Approach to Institutional Logics. **Administrative Science Quarterly**, v. 60, p. 1–35, 2015.

RAFFAELLI, Ryan; GLYNN, Mary A. Turnkey or Tailored? Relational Pluralism, Institutional Complexity, and The Organizational Adoption of More or Less Customized Practices. **Academy Of Management Journal**, v. 57, n. 2, p. 541–562, 2014.

REAY, Trish; HININGS, C. Robert. Managing the rivalry of competing institutional logics. **Organization studies**, v. 30, n. 6, p. 629-652, 2009.

REAY, Trish; JASKIEWICZ, Peter; HININGS, C. R. How family, business, and community logics shape family firm behavior and “rules of the game” in an organizational field. **Family Business Review**, v. 28, n. 4, p. 292-311, 2015.

REZENDE, Flávio. Da exogeneidade ao gradualismo: inovações na teoria da mudança institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, São Paulo: Fevereiro, 2012.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

ROEDERER-RYNNING, Christilla; DAUGBJERG, Carsten. Power learning or path dependency? Investigating the roots of the European Food Safety Authority. **Public Administration**, v. 88, n. 2, p. 315-330, 2010.

SANTARELLI, Mariana *et al.* **Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil.** Brasília: FIAN Brasil, 2017.

SCHIFFINO, Nathalie *et al.* Post-crisis learning in public agencies: what do we learn from both actors and institutions?. **Policy Studies**, v. 38, n. 1, p. 59-75, 2017.

SCHNEIBERG, Marc; LOUNSBURY, Michael. Social movements and institutional analysis. **The handbook of organizational institutionalism**, v. 648, p. 670, 2008.

SCOTT, W. Richard; DAVIS, Gerald F. **Organizations and organizing: Rational, natural and open systems perspectives.** Routledge, 2015.

STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen. **Beyond continuity: Institutional change in advanced political economies.** Oxford University Press, 2005.

THORNTON, Patricia H. The rise of the corporation in a craft industry: conflict and conformity institutional logics. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 81-101, 2002.

THORNTON, Patricia H; OCASIO, William. Institutional logics and the historical contingency of power in organizations: executive succession in the higher education publishing industry. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 3, p. 804, 1999.

THORNTON, Patricia H; OCASIO, William. Institutional Logics. *In: The Sage Handbook of Organizational Institutionalism.* **Sage**, n. 4, p. 99–122, 2012.

THORNTON, Patricia H; OCASIO, William. Institutional logics. *The Sage Handbook of Organizational Institutionalism*, **Sage**, p. 99 – 129, 2008.

THORNTON, Patricia H; OCASIO, William; LOUNSBURY, Michael. **The Institutional Logics Perspective: A new Approach to Culture, Structure and Process.** Oxford: Oxford University Press, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Auxílio de Manutenção Acadêmica - AMA.** Rio Branco: UFAC, 2022. Disponível em: <http://www2.ufac.br/editais/proaes/edital-proaes-no-14-2022-auxilio-de-manutencao-academica-ama/auxilio-manutencao-academica-1.pdf/view>. Acesso em: 24 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Bolsa Alimentação Emergencial.** Rio Branco: UFAC, 2021. Disponível em: <http://www2.ufac.br/editais/proaes/edital-proaes-no-05-2021-programa-de-assistencia-estudantil-bolsa-alimentacao-emergencial-bae-2021/edital-05-2021-bae-retificado/view>. Acesso em: 24 mai. 2023.

VALENTE, Flavio L. S. Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o Direito Humano à Alimentação Adequada. *In: Direito Humano à Alimentação Adequada: desafios e conquistas.* São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 40-43.

VIANA, Marcelo F. **Lógicas institucionais e estratégia como prática: uma abordagem construtivista**. 2016. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil, 2016.

VIEIRA, A. L. Gestão de contratos administrativos. **Revista de Contratos Públicos**, Belo Horizonte, v. 1, n. 5, p. 9-32, ago. 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZILBER, Tammar B. Institutionalization as an interplay between actions, meanings, and actors: the case of a rape crisis center in Israel. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 234–254, 2002.

ANEXO 1 – ROTEIRO DA PESQUISA

Tópicos para Servidores e Estudantes
Período Pré-Pandemia
1. Qual sua relação com a universidade?
2. Atua em qual universidade e em que <i>campus</i> ?
3. Antes de iniciarmos o diálogo mais específico sobre o que aconteceu durante o período pandêmico da COVID-19, gostaria de saber o que você entende sobre SAN?
4. Antes da pandemia, como era a decisão da política de SAN para os estudantes na organização?
5. Quais eram as ações adotadas?
6. Quem participava do processo decisório? Quem possuía maior influência?
Durante a Pandemia
7. Agora durante o período pandêmico, por que os RUs pararam de fornecer refeições aos estudantes como de costume?
8. O que foi idealizado como medidas que assegurariam a SAN dos estudantes, em substituição ao não funcionamento ou funcionamento parcial dos RUs? Por que?
9. O que foi levado em consideração para as tomadas de decisões que culminaram na nova maneira de tentar proporcionar a SAN aos estudantes?
10. Se a medida se trata de algum tipo de auxílio financeiro, qual o nome e o valor desse auxílio?
11. Quem participou do processo decisório? E quem mais influenciou no processo decisório?